

Teorias explicativas da inflação: apreciação crítica *

1. O PROCESSO INFLACIONÁRIO: REALIDADE DE LOCALIZAÇÃO HISTÓRICA PRECISA

Uma boa parte do que temos por pretensas explicações do processo inflacionário, ou, na respectiva terminologia, da inflação¹, decorre do facto de na sua elaboração se não partir da verificação da natureza profundamente diferente do actual *processo de subida dos preços*, quando confrontado com as *subidas de preços* que lhe são historicamente anteriores.

Na verdade, se analisarmos o período anterior a 1913, de plena vigência do padrão ouro (e das condições *sociais* que o instituíram e reproduziram como «regulador» do valor da moeda), não poderemos concluir pela existência então de qualquer processo inflacionário no mundo capitalista:

Considerando os índices de preços por grosso para a França e para a Inglaterra, poderemos verificar, nesse mesmo ano de 1913, relativamente a 1820, descidas de, respectivamente, 24,1 % e 20,7 %; Tomando como ano-base 1830, talvez mais significativo em virtude da conjuntura altista de 1820, encontraremos ainda, e no que se refere ao mesmo índice, uma descida de 10,8 % em França e ausência de variação em Inglaterra;

Se partirmos, finalmente, de 1879 (o primeiro ano a que respeitam os dados disponíveis para os Estados Unidos), verificaremos, de novo

* O presente trabalho vem na sequência do que o autor tem vindo a desenvolver na docência da disciplina de Política Monetária e Financeira, por que é responsável na Faculdade de Economia do Porto.

Tem como antecedentes imediatos um conjunto de artigos publicados na revista *Praxis* (edição da Associação de Estudantes da Faculdade de Economia do Porto, n.ºs 3, 4 e 5, respectivamente, Junho de 1978 e Fevereiro e Abril de 1979) e duas conferências apresentadas na Associação Portuguesa de Economistas («Inflação e política de rendimentos», Lisboa e Porto, 6 e 20 de Abril de 1979, respectivamente).

Trata-se agora de reformular as respectivas linhas mestras e de as apresentar à apreciação de um público mais vasto.

A esta primeira parte, genérica, deverá seguir-se uma outra, especificamente voltada para a análise do caso português.

¹ Como adiante melhor se tornará claro, a distinção não é meramente terminológica, mas de conceito.

até 1913, uma subida de 13,6 % naquele país e de 2 % na Inglaterra e uma descida de 3,4 % em França ².

Permitir-nos-ão estas informações concluir por uma relativa *estabilidade monetária* (do valor da moeda) ou do nível geral de preços durante o século XIX e princípios do século XX?

Em primeiro lugar, e para evitarmos qualquer equívoco, cremos dever afirmar a nossa convicção de que a noção de *estabilidade do valor da moeda*, não sendo vazia de conteúdo, em nenhum momento, mesmo no passado, se pôde identificar com o célebre pseudo-objectivo de busca de um *padrão invariável de valores*. Categoria social, então mercadoria regulada pelas condições tecnológicas e sociais da respectiva produção, *a moeda equivalente geral nunca deixou de conhecer um valor em permanente mutação*, sujeito, como os demais, a um processo de realização conflitual, mercantil. Queremos com isto significar que modificações técnicas (condições de extracção; produtividade) e sociais (relações de produção dominantes; nível salarial) no processo de produção do ouro e eventuais excedentes ou penúrias no processo de reconhecimento, na circulação, do seu valor constituíram outras tantas causas de perturbação da «estabilidade monetária» e, consequentemente, na medida em que pelas mesmas também determinado, do nível geral de preços.

Que o que acabámos de expor sirva, portanto, e antes do mais, para nos *preaver contra um entendimento porventura metafísico e intemporal da noção de estabilidade do valor da moeda*: ela há-de continuar a ter, como teve, um carácter relativo e descritivo, sem que tal baste para a eliminar como «objectivo», atentos os «inconvenientes» em que a ausência dum «enquadramento monetário estável» acaba por se traduzir ³.

Mesmo assim, ainda que entendida nos precisos termos relativos que temos vindo a referir, *foi essa mesma estabilidade monetária que o século XIX logrou alcançar*: as condições de extracção e circulação do ouro não conheceram evolução significativa, sobressaltos, donde poder afirmar-se uma tendência à estabilidade do respectivo valor, apenas interrompida, a partir de 1890, pelas «descobertas» de ouro «na África do Sul, Alasca e Colorado», acompanhadas de «progressos nos métodos de mineração e refinação»⁴ (com o que se inverteu a tendência à descida dos preços das mercadorias que o século XIX conhecera em virtude do aumento geral verificado na produtividade e de que a produção de ouro não havia beneficiado até então).

E, se nenhuma razão nos autoriza a admitir a invariabilidade do valor da moeda, muito menos poderemos aceitar a ideia de semelhante «estabilidade» do nível geral de preços: modificações tecnológicas nos processos de produção, situações de penúria determinadas pelas mais diversas circunstâncias, designadamente naturais, altas conjunturas, depressões, perío-

² Números obtidos por tratamento de dados em Alfred Marc, *L'Évolution des Prix Depuis Cent Ans*, Paris, Presses Universitaires de France, 1966, e Edwin Walter Kemmer, *Oro y Patrón Oro*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1947.

³ Repare-se, por exemplo, na opinião de Jacques Rueff em *L'Âge de l'Inflation*, Paris, Payot, 1963, p. 11: «A mentira da inflação operou, numa grande parte do mundo ocidental, uma revolução mais profunda e mais duradoura que a que o comunismo se esforçava em vão por produzir.»

⁴ Citação de Milton Friedman e Anna Jacobson Schwartz, *A Monetary History of the United States*, Princeton, Princeton University Press, 1963, p. 137.

dos de guerra, provocaram, tanto quanto alterações no próprio valor da moeda, grandes modificações no nível geral de preços ⁵.

A verdade, porém, é que, apesar da actuação de todos estes factores, *o século que termina em 1913 não conhece no seu termo preços mais elevados que os que conhecera no início*, o que não pode deixar de significar que as altas e baixas de preços de algum modo se compensaram em torno duma linha de tendência praticamente horizontal: mais que de *processo inflacionário*, cremos que apenas se poderá falar de *inflações* se por tanto tivermos tão-só a concepção puramente descritiva de *períodos* de aumento generalizado dos preços.

Os anos que se seguiram a 1913 são demasiado singulares, em termos das circunstâncias de que depende o «normal» funcionamento das leis económicas, para se poder afirmar que algo mudou então: verificaram longos períodos de subidas espectaculares do nível geral de preços (duas guerras mundiais; *boom* da procura, diferido pela guerra e correspondentes mecanismos de controlo, em 1945; Guerra da Coreia; altas conjunturas), tanto quanto períodos de baixa de preços (tentativas de reinstitucionalização do padrão ouro; crises cíclicas de 1920, 1929, 1937 e 1948).

A crise de 1953-54 parece ter sido a última a conhecer uma ligeira descida do nível geral de preços. Se atendermos à recuperação e expansão subsequentes, acompanhadas das tradicionais subidas daquele nível, haveremos de reconhecer como *primeira manifestação inequívoca de algo de novo* a crise de 1957-58, em que, *pela primeira vez*, uma baixa do volume de produção (6,9 %) e do emprego (passagem da taxa de desemprego de 4,1 % para 6,8 %) ⁶ foi acompanhada por uma subida generalizada dos preços (2,6 %) ⁷.

Diferentemente do que se havia verificado até então, e em que era visível a actuação de «forças inflacionárias poderosas e temporárias», a inflação de 1957 era «*mais perturbadora*». Ainda no dizer do citado (nota 7) relatório do Committee For Economic Development de 1958. «Não estávamos em guerra. A nossa capacidade produtiva tinha aumentado significativamente. O emprego era alto. O orçamento federal estava equilibrado e a oferta de moeda não crescia senão lentamente. Era difícil distinguir as causas desta inflação. Podia tratar-se de causas similares às que operaram na inflação da guerra e do pós-guerra, embora menos poderosas ou diferentes na sua origem. Ou podia tratar-se de *forças novas — forças que não existiam ou não operavam ou que haviam sido escondidas por influências mais poderosas no período anterior.*» ⁸

⁵ É desde logo discutível esta distinção entre as alterações de preços produzidas por variações do valor da moeda e as restantes. A *forma-preço*, valor relativo, e a *forma-moeda*, equivalente geral, encontram-se numa *relação* de tal modo una e indecomponível (veja-se, a este respeito, o 1.º capítulo, 1.ª secção, do liv. I, de *O Capital*) que é sempre necessário o maior cuidado na atribuição a qualquer dos pólos da responsabilidade pela alteração na relação.

Tal dificuldade cresce, evidentemente, com a abolição dos chamados *padrões-mercadoria*.

⁶ Números em S. Menchikov, *Le Cycle Économique*, Moscovo, Editorial Progresso, 1976, pp. 78 e 292.

⁷ Número obtido por tratamento de dados em *Defense Against Inflation — Policies For Price Stability in a Growing Economy*, Nova Iorque, Committee For Economic Development, 1959.

⁸ P. 12. (Salvo indicação em contrário, os sublinhados, mesmo nas citações, são do autor, Daniel Bessa.)

Temos, portanto, que a crise de 1957-58, nos Estados Unidos, repercutida com o grau habitual de sincronismo nos demais países, constituiu a primeira manifestação empírica insofismável do que haveremos de designar por *inflação* ou *processo inflacionário* (em contraposição às anteriores *inflações*), o que, evidentemente, não significa que o processo não estivesse já em gestação, mesmo em actuação, ainda que «escondido por forças mais poderosas», circunstanciais, mas suficientemente repetidas e próximas no tempo para não permitirem a *manifestação perceptível das modificações estruturais* entretanto ocorridas *no plano da determinação dos preços*.

De que *forças novas* se trata? Talvez melhor: em que *condições novas* se processa a existência dialéctica, em unidade e antagonismo, das *próprias forças constitutivas do modo de produção*? De que *novas formas* se reveste a respectiva manifestação nos mais diversos planos, designadamente o *económico*, em geral, e o dos *preços*, em particular?

No dizer de Suzanne de Brunhoff, «O nascimento da política económica nos anos 1930 implica estas *condições novas, económicas, políticas, financeiras, ideológicas*»⁹. (Este desvio brusco para o campo da *política económica*, num discurso todo ele voltado para a determinação das condições do *processo inflacionário*, só aparentemente poderá considerar-se despropositado: uma análise atenta saldar-se-á pela conclusão de que se trata precisamente de *duas manifestações simultâneas das mesmas condições estruturais*).

Não nos vamos alongar na explicitação de tais condições. Debruçar-nos-emos sobre elas apenas na estrita medida em que tal seja indispensável à demonstração do sem fundamento de «explicações» que as não levam em conta, propondo-se explicar um *processo inflacionário*, decorrente de novas *condições estruturais*, nos mesmos termos em que explicavam as *subidas do nível geral de preços* associadas às mais variadas *condições circunstanciais*. Trata-se de uma crítica indispensável e básica, de certo modo *externa*, de onde resultará que a apreensão teórica do processo inflacionário não prescinde desde logo do que poderíamos designar por *mudança radical da própria problemática*. Não a levaremos mais longe porque o nosso percurso neste trabalho será fundamentalmente outro: colocar-nos-emos no interior da problemática das concepções tradicionais, respeitaremos as respectivas «regras de jogo» e procuraremos desvendar não só os *erros lógicos* de que eventualmente enfermem, mas também a *própria inadequação ao real das dimensões e relações supostamente atribuídas às suas variáveis*.

Quais serão então as referidas *novas condições estruturais*? Em nosso entender, elas hão-de remeter para:

No plano económico: o grau de concentração (monopolização; oligopolização) entretanto atingido pelo capital e pelas organizações de trabalhadores; a nova relação de forças que preside ao processo de definição do nível de emprego tanto como do nível salarial; as contradições decorrentes da progressiva dificuldade em valorizar «de forma aceitável» massas de capital continuamente crescentes, sem

⁹ *État et Capital, Recherches Sur La Politique Économique*, Presses Universitaires de Grenoble/François Maspero, 1976, p. 55.

que tal possa afectar um poder de compra «de consumo» de que o sistema não prescinde, sob pena de sobreprodução permanente; a imposição de sobrelucros através da fixação de preços monopolistas nos sectores de maior grau de concentração, a que há-de seguir-se, na concorrência que persiste, a repercussão nos preços dos outros sectores, através da qual se vai realizando, de forma porventura mais «viscosa», «imperfeita», a tendência à perequação da taxa de lucro;

No plano monetário-financeiro: a instauração da moeda de curso forçado e o desenvolvimento de um sistema de crédito permissivo, designadamente pela articulação íntima (identificação) entre os capitais industrial e comercial e o capital bancário (capital financeiro, no sentido leninista), sistema de crédito através do qual se emite, privatisticamente impulsionada e desvalorizada, uma moeda cuja validação pública as novas regras de gestão do banco central não deixarão, salvo circunstâncias de excepção, de assegurar;

No plano político: o peso crescente dos sectores monopolistas na «condensação da relação de forças» que o Estado constitui; a expressão política (ao nível de tal «condensação») da nova correlação de forças que o «país real» verifica: o Estado instituído em «parceiro social», intervindo como «árbitro» na contratação colectiva e prosseguindo uma política de «pleno emprego», de sustentação dos aparelhos produtivos, de que despesas públicas, défices orçamentais e dívidas públicas não são senão outras tantas manifestações;

No plano ideológico: a consciencialização e consequente afirmação do direito ao trabalho, à habitação, à saúde e à segurança social; a sociedade de consumo, enfim, tudo o que a expressão *welfare state* possa condensar.

Não visamos a profundidade, sequer a exaustão. Trata-se apenas de indicar (aos vários *níveis*, tanto quanto esta expressão faz sentido), com graus de importância obviamente diferenciados, mas nunca despidiendos, algumas das novas condições estruturais de que a inflação parece constituir *uma* das manifestações. Paradoxalmente, nós próprios e, um pouco mais adiante, no mesmo sentido, a generalidade dos países duma América Latina, por exemplo, encontramos-nos bem longe de algumas dessas condições, aparentemente tanto mais longe quanto mais forte a inflação se manifesta. O que não pode senão levar-nos à identificação de algumas outras, as restantes, como fundamentais, entre as quais a *concentração* há-de assumir necessariamente papel de relevo¹⁰.

A inflação não passará então duma das *manifestações* da «regulação monopolista», nova *forma* de existência das leis de funcionamento e reprodução do sistema, «regulação» contraditória no que contém de «desregulamento», fundamento objectivo imediato duma intervenção estatal «correctora», de política «anti-inflacionária».

¹⁰ Na verdade, o problema é bastante mais complexo que o da mera colocação da *totalidade* das condições enunciadas numa *hierarquia de importância relativa*.

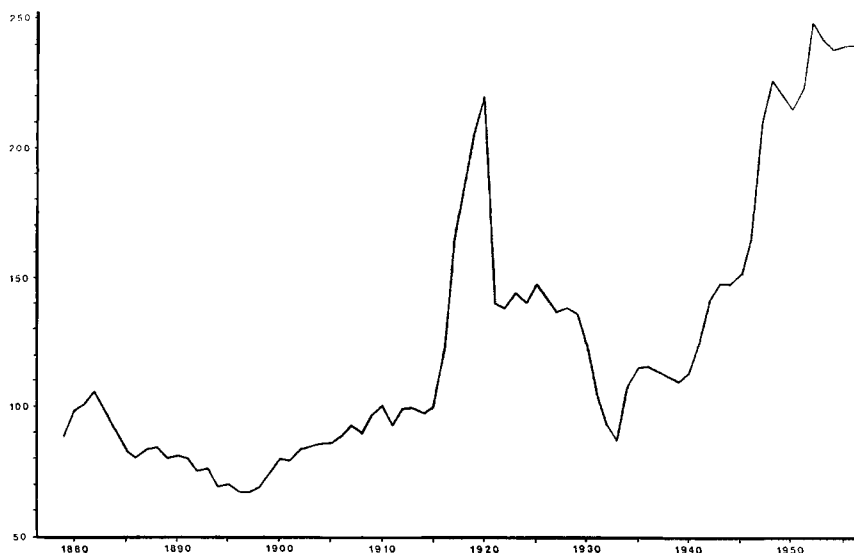
O facto de a *inflação* não prescindir, *em abstracto*, de um *determinado grau de evolução do capital*, a que todas essas condições estão indissoluvelmente associadas, não implica que, *no concreto*, uma vez instalada, *os seus níveis de manifestação* acompanhem necessariamente *os níveis de evolução dos diferentes capitais*.

Concluindo, agora numa perspectiva seguramente mais empírica, descritiva, a inflação traduzir-se-ia então por uma *tendência permanente à alta de preços, crónica, de intensidade crescente*¹¹ e *diferenciada*¹², conforme os sectores e as mercadorias.

Os dois gráficos abaixo mais não pretendem que ilustrar o que temos vindo a afirmar:

Preços por grosso nos Estados Unidos (1870-1956)¹³

[GRÁFICO I]



¹¹ Referimo-nos aqui ao passado conhecido, eventualmente contraditado, para os índices mundiais, pela experiência post-1975 e, no que se refere à OCDE, pela evolução dos preços em 1978 (dados em *International Financial Statistics*, FMI, vol. XXXII, n.º 1, Janeiro de 1979, e *Perspectives Économiques de l'OCDE*, n.º 23, Julho de 1978). Pensamos entretanto que no plano abstracto, não positivista, se nos torna impossível constituir em lei a «tendência à intensidade crescente».

¹² Este carácter de intensidade, em cada momento, diferenciada não esconde, tanto quanto os preços continuam submetidos a reguladores objectivos, não subordinados a formas meramente voluntaristas de imposição, a verificação *a muito longo prazo*, abstracção feita a movimentos de produtividade, de linhas de tendência paralelas, suporte da ideia de que «feitas todas as contas, tudo fica na mesma». Que tal nos não faça contudo esquecer, designadamente:

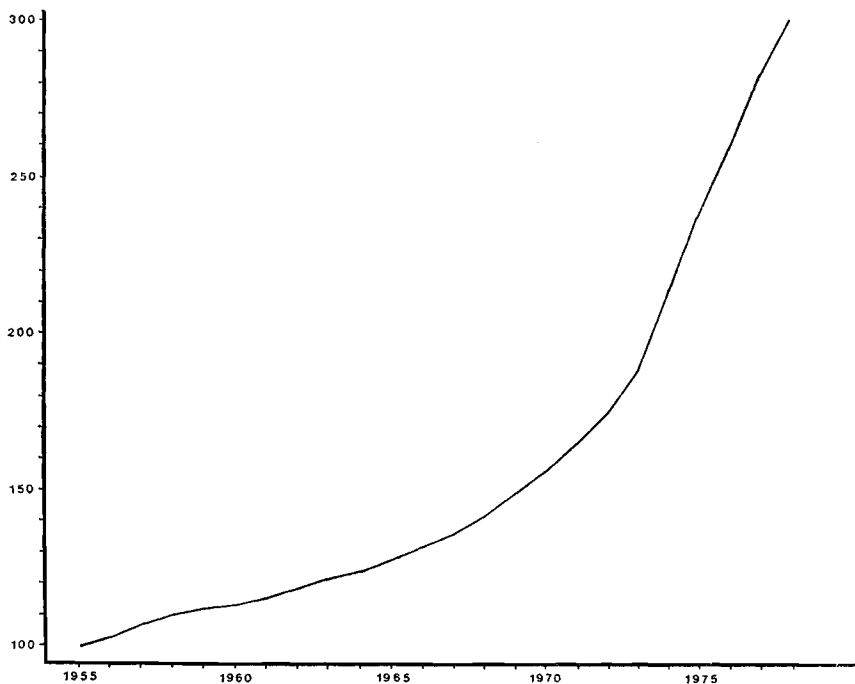
A dimensão histórico-social do valor da força de trabalho, que conserva um mínimo de elasticidade, mesmo descendente, excepto nos casos de «estado de excepção», em que o referido valor se encontra mais próximo do limite indispensável à mera reprodução física e em que toda a elasticidade foi já praticamente esgotada;

Por detrás da hipotética igualdade dos coeficientes angulares das linhas de tendência, as diferenças em cada momento existentes nas inclinações dos diversos gráficos, em que se podem reconhecer afinal os *permanentes ganhos e perdas* de uns e outros.

¹³ Construído com base em valores em *Oro y Patrón Oro*, cit., p. 223, e em *Defense Against Inflation — Policies For Price Stability in a Growing Economy*, cit., pp. 13 e 67.

Preços no consumidor na OCDE (1955-78)¹⁴

[GRÁFICO II]



2. CONTRA ALGUMAS DAS MAIS DIVULGADAS PRETENSAS EXPLICAÇÕES

Como já havíamos dalgum modo sugerido, sustentamos a opinião de que esta realidade estrutural, perceptível após a crise conjuntural de 1957-58, tem vindo a ser «explicada» por *causas circunstanciais* que, se revelavam alguma capacidade explicativa no que respeita às «inflações» anteriores, se mostram *completamente inadaptadas à explicação do processo inflacionário*.

Apreciá-las-emos uma a uma.

2.1 O EXCESSO DA PROCURA SOBRE A OFERTA. A ALTA CONJUNTURA

A questão é aqui teórica e de fundo: qual o grau de validade da transposição para o plano «macroeconómico» do *nível geral de preços*, de leis próprias do processo de determinação, no concreto, de *preços concretos*, «microeconómicos»? (Convindo, entretanto, não esquecer que tal grau de

¹⁴ Construído com base em valores em *National Accounts Statistics — Expenditure, Product and Income, 1955/64*, p. 6, *Inflation, the Present Problem*, p. 59, *Perspectives Économiques de l'OCDE*, n.º 19, p. 48, e n.º 23, p. 33, publicações da OCDE de, respectivamente, 1966, 1970, 1976 e 1978.

validade, qualquer que ele seja, se verá obviamente reduzido pela eventual verificação de que, mesmo neste plano, o dos preços concretos, as referidas leis estão longe de possuir a capacidade explicativa que lhes é supostamente atribuída.)

Mais concretamente: o desvio utilitarista que na década de 70 do século XIX se constituiu em corpo de pensamento e se prolongou, já no século XX, no neoclassicismo,

- instituindo (contra toda a tradição clássica que entronca em Marx e é de algum modo semi-retomada por Keynes) o *primado dos indivíduos e dos «comportamentos»* na explicação do económico, ele mesmo concebido, antes do mais, como o domínio das *mercadorias e preços concretos* em si, e
- abstraindo completamente das leis nascidas no plano *global* e determinante da *produção*,

acabou logicamente por concentrar toda a sua atenção no processo de circulação e nos efeitos sobre os preços daqueles mesmos «comportamentos», no que têm de polarizados, *ofertas e procuras*, assim constituídos em determinante fundamental, quando não exclusiva, dos diversos *preços* e, através destes, dos *níveis de produção* das diferentes mercadorias.

A explicação da inflação mais não exigiria então que a transposição de tal raciocínio para o plano «macroeconómico», de determinação do *nível geral de preços*: *a sua subida constituiria sempre o resultado de um excesso da procura sobre a oferta globais*¹⁵.

Esta concepção dos preços e do económico em geral merece-nos, contudo, as mais sérias reservas: a própria categoria *preço concreto* só é inteligível no quadro de uma estrutura ou sistema de preços (fora do qual não faz sequer sentido), expressão em que se constitui de tendências nascidas no plano global¹⁶ da produção, ainda que «modificadas» pelos comportamentos (ofertas e procuras) a que acabámos de atender¹⁷. Mas, se isto é verdade a propósito de cada preço concreto, é-o seguramente mais quando transposto para o plano da determinação do *nível geral de preços*, de explicação da própria globalidade, relativamente à qual, desde logo, a polaridade oferta/procura se revela completamente destituída de sentido.

Nos termos de Marx¹⁸, *«esta oferta e esta procura exigem a compreensão de toda a estrutura do processo de produção capitalista, se quisermos compreender como nascem no próprio seio dos produtores»*, com o que ganha maior sentido a sua referência imediatamente anterior, da maior importância para o problema que nos ocupa, à *«procura que o rendimento autoriza»*.

Como já tivemos oportunidade de afirmar, «trata-se tão-só do princípio de que *é a oferta (produção) que cria a procura*, melhor, da verificação de que *oferta e procura não são senão duas componentes, dois momentos*

¹⁵ Globalidade(s) aqui meramente descritiva(s), aditiva(s).

¹⁶ Globalidade entendida agora em sentido diverso, unidade estruturada, anterior.

¹⁷ Daí que, em nosso entender, a capacidade explicativa de tais concepções resida precisamente nessa *margem* de modificação ou desvio que a circulação pode *transitoriamente* impor às exigências da própria produção. Trata-se, noutros termos, de toda a problemática das relações entre preços de mercado e preços de produção.

¹⁸ *Le Capital*, Paris, Éditions Sociales, 1974, liv. III, t. 1.º, p. 210.

desse processo [...] que é a produção, elemento unificador e ponto de partida indispensável à exacta compreensão daqueles mesmos momentos»¹⁹.

Será que acabámos de aderir à lei de Say, regressando à tese da tendência automática ao equilíbrio «macroeconómico» permanente? Não e por dois motivos:

- a) O carácter não necessário do dispêndio do rendimento e daí a *falta de procura efectiva* (que em si mesma exige ser explicada), justificativa, à Keynes, das crises conjunturais, ou, com maior generalidade, de todas as interrupções do processo de acumulação;
- b) A existência, por outro lado, de *fontes de financiamento da procura* *dalgum modo exógenas*, tais como desentousamento, crédito e procura externa líquida. (A exogeneidade do crédito é mais que discutível, mesmo no plano meramente psicológico das respectivas motivações; concedamos entretanto às concepções que visamos criticar o benefício da dúvida.)

Encontraremos então aqui, nestas fontes, a razão para o excesso, *dantes periódico, hoje permanente*, da procura sobre a oferta, que, diz-se, provoca a inflação? Cremos bem que não e de novo por duas ordens de razões:

- b.1) Em primeiro lugar, e no que se refere à mais significativa daquelas componentes, *a própria circularidade da relação social de crédito e do movimento que o dinheiro nela é chamado a percorrer implica que a «procura que o crédito autoriza» tenda a traduzir-se, a prazo, em propósito de venda, oferta*. Tal é o andamento típico do adiantamento bancário, sendo curioso verificar que o tipo de crédito que mais poderia contrariar esta circularidade, o chamado «crédito ao consumo», desde logo à luz do tempo histórico que o viu implementar-se e desenvolver-se, mais que fonte de excesso de procura, constitui precisamente expressão da sua falta, meio que foi e é de promover uma ante quando não pseudovalidação social de mercadorias doutro modo em dificuldades de realização;
- b.2) Em segundo lugar, a ideia de excesso de procura é de algum modo um contra-senso enquanto existir *capacidade produtiva instalada e não utilizada, ou mesmo capacidade produtiva susceptível de instalação*, o que é característico de todas as épocas de recursos desempregados e aptos a serem chamados à produção em termos tecnologicamente aceitáveis, *correntes*²⁰.

¹⁹ No mesmo sentido, Keynes afirmava: «Se um indivíduo cujas transacções tenham pouca importância relativamente ao mercado pode justamente negligenciar o facto de a sua procura não ser uma transacção unilateral, seria um contra-senso ignorar esse facto logo que passamos a considerar a procura global. *Tal a diferença capital entre a teoria do comportamento económico da comunidade e a do comportamento da unidade individual, em que se supõe que as variações da procura própria do indivíduo não modificam o seu rendimento.*» (*Théorie Générale de l'Emploi, de l'Intérêt et de la Monnaie*, Paris, Payot, 1975, p. 105.)

²⁰ Caberá aqui referir o trabalho de Sidney Weintraub *Classical Keynesianism, Monetary Theory and the Price Level*, Filadélfia e Nova Iorque, Chilton Company —

É o conjunto destas reflexões que, no fundo, Keynes exprime sinteticamente quando afirma ²¹: «Quanto ao famoso *optimismo* da teoria económica tradicional [...] tal optimismo tem por origem, em nosso entender, o *desconhecimento do obstáculo que pode ser oposto à prosperidade pela insuficiência da procura efectiva*. Numa sociedade que funcionasse de acordo com os postulados clássicos haveria, evidentemente, uma tendência natural a um emprego óptimo dos recursos produtivos. Talvez a teoria clássica descreva o modo como gostaríamos que a nossa economia se comportasse. Mas supor que ela se comporta realmente assim é supor todas as dificuldades resolvidas.»

E, continuando a desenvolver esta ideia, no quadro de uma alternância má conjuntura/inflação, a que uma análise assente na circulação, como a sua, não poderá deixar de o conduzir, Keynes acaba logicamente por concluir que o que a *inflação procura é algo sem sentido, excepto em períodos de alta conjuntura, de pleno emprego dos recursos ou quase* (daí o título dado à presente subsecção do nosso trabalho): «[...] o aumento da quantidade de moeda não produz absolutamente nenhum efeito sobre os preços enquanto continuar a existir desemprego e todo o aumento verificável na procura efectiva se traduzir por um aumento exactamente proporcional do emprego. Logo que o pleno emprego seja atingido, serão, pelo contrário, a unidade de salário e os preços que se elevam em medida exactamente proporcional ao aumento da procura efectiva. Daí que, se a produção se mantiver perfeitamente elástica enquanto subsistir desemprego e se tornar perfeitamente inelástica desde que o pleno emprego seja atingido e se, por outro lado, a procura efectiva variar na mesma proporção que a quantidade de moeda, a teoria quantitativa da moeda possa ser enunciada nos termos seguintes: «Enquanto existir desemprego, o emprego varia proporcionalmente à quantidade de moeda; logo que o pleno emprego seja atingido, os preços variam proporcionalmente à quantidade de moeda.»²²

Os dados dos quadros n.º 1, 2 e 3 mais não visam que confirmar, à saciedade, a total impossibilidade de se encontrar na procura e seus alegados excessos, na alta conjuntura, a razão justificativa da inflação actual. Os anos mais recentes, de mais elevadas taxas de inflação, verificaram simultaneamente menores taxas de crescimento da produção, menores taxas de utilização da capacidade produtiva e maiores taxas de desemprego.

Book Division Publishers, 1961, nos termos do qual, e referindo-se à economia americana do pós-guerra (p. 134), a taxa de utilização da capacidade industrial instalada nunca teria ultrapassado 95 % (1947) e o desemprego nunca teria sido inferior a 2,5 % (1953), isto é, 1 602 000 desempregados.

²¹ *Théorie Générale de l'Emploi, de l'Intérêt et de la Monnaie*, cit., p. 57. O sublinhado é do autor citado.

²² *Ibid.*, p. 297. (Os sublinhados, excepto o primeiro, são do autor citado.) Este raciocínio não impede entretanto Keynes de discutir, na sua *óptica*, as condições em que os preços poderão começar a subir antes de atingido o pleno emprego, no essencial associadas a aumentos dos custos de produção, designadamente salários, «durante o percurso». De qualquer modo, mesmo neste caso, só muito dificilmente se poderá falar de «inflação-procura», embora já talvez se lhe ajuste melhor a ideia de «inflação-alta conjuntura», não tanto pelos efeitos desta sobre a circulação, como pelas suas incidências no plano da produção, designadamente ao nível das relações (salariais) que, no essencial, o caracterizam. Tal constitui aliás suporte teórico para a verificação empírica, porventura ocasional, traduzida na chamada «curva de Phillips», que adiante discutiremos.

OCDE: taxas de crescimento do PNB (a)

[QUADRO N.º 1]

Anos	Percentagem
1959-60 a 1972-73 (média)	+ 5,5
1974	+ 0,3
1975	- 1,0
1976	+ 5,2
1977	+ 3,6
1978	+ 3,5

(a) Dados em *Perspectives Économiques de l'OCDE*, n.º 19, p. 13, n.º 21, p. 17, e n.º 23, p. 1, respectivamente de Julho de 1976, Julho de 1977 e Julho de 1978.

Taxas de utilização da capacidade na indústria transformadora (a)

[QUADRO N.º 2]

Países	Média de 1964-73	1977					1978
		1.º trimestre	2.º trimestre	3.º trimestre	4.º trimestre	Anual	1.º trimestre
Estados Unidos...	85,4	81,2	82,7	83,0	82,9	82,5	82,2
Japão	92,6	85,8	84,3	83,1	83,1	84,1	85,7
Alemanha	86,3	83,6	82,9	81,7	82,6	83,0	83,2
França	84,8	83,5	82,7	—	83,1	83,4	82,8
Reino Unido ...	45,3	34,0	33,0	32,0	30,0	32,3	33,0
Canadá	88,8	84,0	84,1	83,4	83,3	83,7	82,7
Itália	78,5	75,1	73,1	71,6	71,5	72,8	72,1

(a) Dados em *Perspectives Économiques de l'OCDE*, n.º 23, p. 11. Os números apresentados para o Reino Unido referem-se à percentagem de empresas que utilizam plenamente a capacidade instalada.

Se repararmos

- que a taxa de inflação para os países da OCDE atingiu o auge em 1974 e 1975 (precisamente os anos em que parece ter-se verificado a mais grave recessão do pós-segunda guerra mundial), tendo-se instalado, a partir de então, valores superiores a todos os conhecidos desde o início do período estudado (1955);
- que a partir de 1974 nunca mais se voltou à taxa de crescimento do PNB verificada, em média, nos anos 1960 e início da década de 1970;
- que em 1977 e 1978, anos de conjuntura francamente superior a 1974 e 1975, a taxa de utilização da capacidade produtiva instalada na indústria transformadora continuou abaixo dos níveis médios de 1964-73;
- que, se exceptuarmos os casos da Noruega e da Suécia, as taxas de desemprego se mantêm francamente acima da média de 1962-73 e mesmo dos máximos atingidos em todo o período 1955-73;

Taxa de desemprego em certos países da OCDE (a)

[QUADRO N.º 3]

Países	Média de 1962-73	Máxima em 1955-73		1974	1975	1976	1977	1977				1978
								1.º trimestre	2.º trimestre	3.º trimestre	4.º trimestre	1.º trimestre
Estados Unidos	4,9	7,5	Jul. 58	5,6	8,5	7,7	7,0	7,5	7,1	6,9	6,6	6,2
Japão	1,3	1,9	Out. 55	1,4	1,9	2,0	2,0	1,9	2,0	2,1	2,0	2,1
Alemanha	1,3	4,9	Mar. 55	2,7	4,8	4,7	4,6	4,5	4,5	4,7	4,5	4,5
França	1,8	2,4	Set. 72	2,3	3,8	4,2	4,8	4,4	4,7	5,1	4,8	4,7
Reino Unido	2,4	3,9	Abr. 72	2,5	3,9	5,4	5,7	5,5	5,5	5,8	5,9	5,8
Itália	3,6	5,5	Abr. 59	2,9	3,3	3,7	7,1	6,8	6,6	7,7	7,4	7,1
Canadá	5,3	7,9	Jun. 58	5,4	6,9	7,2	8,1	7,9	8,0	8,2	8,4	8,4
Austrália	1,6	2,6	Ago. 72	2,3	4,4	4,4	5,6	5,8	5,5	5,6	5,5	7,0
Bélgica	2,1	4,0	Fev. 59	2,6	4,5	5,8	6,6	6,5	6,3	6,4	7,1	7,2
Dinamarca	—	—	—	2,5	6,0	6,1	7,7	7,0	7,4	7,7	7,9	8,6
Finlândia	2,4	5,0	Jan. 68	1,7	2,3	4,0	6,1	5,4	6,0	6,2	6,8	8,0
Holanda	1,4	2,8	Nov. 72	3,3	4,7	5,1	4,9	4,8	4,8	5,1	4,9	4,7
Noruega	0,9	2,1	Dez. 58	0,6	1,2	1,1	0,9	0,9	1,0	0,9	0,8	0,9
Espanha	—	—	—	3,2	3,8	4,9	5,7	5,4	5,2	5,9	6,3	7,0
Suécia	2,1	2,9	Nov. 73	2,0	1,6	1,6	1,8	1,9	1,5	1,9	1,9	2,4
Áustria	—	—	—	—	2,1	2,0	1,8	2,7	1,3	2,2	2,2	3,0
Irlanda	—	—	—	—	12,2	12,3	11,9	12,8	12,0	11,2	11,2	11,7 (b)

(a) Dados em *Perspectives Économiques de l'OCDE*, n.º 21, p. 32, e n.º 23, p. 13.

Deve atender-se entretanto à circunstância de estes dados, baseados em estatísticas nacionais, não serem absolutamente comparáveis de país para país.

(b) Número aproximado.

se repararmos em tudo isto, repita-se, quase seremos tentados a concluir que, *mais que directamente determinada pelo excesso da procura sobre a oferta e pela alta conjuntura, a inflação tenderia a acelerar-se precisamente nos períodos de falta de procura e de baixa conjuntura.*

Não queremos afirmar determinações mecânicas que o social dificilmente comporta, mas não deixa de se nos revelar da maior importância esta verificação de que *faltas de procura, baixas conjunturas* (e, consequentemente, taxas de crescimento reduzidas ou mesmo negativas, baixas taxas de utilização da capacidade produtiva instalada, elevadas taxas de desemprego) *e acelerações do processo inflacionário se não revelaram alternativas, antes concomitantes, expressões simultâneas de «dificuldades» no processo de valorização do capital e da consequente tendência à generalização e agudização das chamadas «tensões» (faltas de consenso) sociais.*

2.2 A MASSA MONETÁRIA. A TEORIA QUANTITATIVA DA MOEDA

Nos próprios termos de Milton Friedman ²³, a *teoria quantitativa da moeda* é «uma teoria que tomou muitas formas diferentes e remonta ao início do pensamento sistemático em matéria económica. Foi provavelmente *‘testada’* com *dados quantitativos* mais extensamente que qualquer outro conjunto de proposições em economia formal — excepto talvez o declive negativo da curva da procura».

Ou seja, a afirmação de uma *ligação causal entre a massa monetária e o nível geral de preços* (teoria quantitativa da moeda):

- «remonta ao início sistemático do pensamento em matéria económica», com o que se tem provavelmente em atenção as suas primeiras formulações explícitas, localizadas no século XVI e associadas à «revolução dos preços» então produzida pela chegada do ouro colonial à Europa;
- vê o seu prestígio decorrer de «*testes*» efectuados com *dados quantitativos*, isto é, constitui-se em formulação intocável da chamada *economia positiva*, de que Friedman é provavelmente o maior expoente nos tempos modernos.

A tese de que é à moeda que há-de atribuir-se a responsabilidade pelo processo inflacionário (coisa diferente, como vimos, de «inflações» produzidas por *dadas* circunstâncias, entre as quais poderá incluir-se, em determinados períodos, a própria moeda) merece, contudo, em nosso entender, as mais sérias críticas:

- a) Se pusermos de lado, por manifestamente insuficientes, as formulações mais mecânicas, do tipo $P=f(M, \bar{V}, \bar{T})$ ²⁴, deduzidas da equa-

²³ *A Theoretical Framework For Monetary Analyses*, Nova Iorque, National Bureau of Economic Research, 1971, p. 1.

²⁴ Usamos os símbolos no seu significado habitual:

M=Massa monetária;

V=Velocidade de circulação da moeda;

P=Nível geral de preços;

T=Volume de transacções.

Com os traços ($\bar{T}$, $\bar{V}$) pretendemos apenas estabelecer relações em que a influência destas variáveis, tornadas parâmetros, seja neutralizada.

ção de Fisher $MV=PT$, sempre haveremos de concluir que não pode deixar de ser a procura a constituir-se no canal de propagação sobre os preços dos efeitos de eventuais «excessos de moeda». Daí que *a teoria quantitativa da moeda fique implicitamente sujeita a todas as críticas atrás desenvolvidas a propósito da «inflação-procura», o que não deixa de ser inequivocamente assumido, por exemplo e como vimos, por Keynes, na versão que dela formulou e nos termos da qual os preços só «variam proporcionalmente à quantidade de moeda» «logo que o pleno emprego» seja atingido.*

É, no fundo, o mesmo que M. Friedman pretende significar, ainda que de forma muito mais cautelosa, quando afirma ²⁵: «*A taxa de variação da quantidade de moeda, avaliada em percentagem anual, apresenta uma estreita correlação com a taxa de variação do rendimento nominal, do rendimento real e dos preços. A correlação com o rendimento nominal, isto é, $PT=f(M, \bar{V})$, «é mais estreita que com os preços ou a produção (considerados separadamente).»*

Não fora a distância que separa uma «teoria económica do subemprego» (Keynes) de uma formulação mais na linha da «economia neoclássica de pleno emprego» (Friedman), dando sobretudo ênfase à componente preço do rendimento nominal, e diriam praticamente o mesmo, com a vantagem de a teoria keynesiana permitir uma porventura maior sistematização que, atentas as circunstâncias da realidade concreta, sempre levará a encarar como mais prováveis efeitos da moeda sobre a produção do que sobre os preços — isto é, $T=f(M, \bar{V}, \bar{P})$, só após o que, atingido o pleno emprego, $P=f(M, \bar{V}, \bar{T})$.

- b) *A crítica do quantitativismo não pode entretanto ficar-se pela discussão «interna» da importância relativa dos efeitos da emissão monetária sobre as transacções e sobre os preços. Ela terá de ser também externa, indo ao ponto de pôr desde logo em causa a exogeneidade e a motricidade dos factores monetários nas suas relações com a chamada «economia real».*

«Se supusermos dadas a velocidade de circulação e a economia dos pagamentos, a massa monetária efectivamente em circulação é determinada pelos preços das mercadorias e pelo volume das transacções»: estes os termos em que Marx ²⁶ coloca o problema e de acordo com os quais já se não trata de P e (ou) $T=f(M, \bar{V})$, mas exactamente do contrário, isto é, $M=f(P, T, \bar{V})$, assim se afirmando o primado da «economia real» (produção, circulação, preços) sobre a «economia monetária» ²⁷. A verificação da importância do crédito, mecanismo de expressão das necessidades de financiamento da produção e circulação de capital sob a forma mercadoria, entre

²⁵ *Inflation et Systèmes Monétaires*, Paris, Calmann-Lévy, 1969, p. 102. (Sublinhado de M. Friedman.)

²⁶ *Le Capital*, cit., p. 183 do t. 2.º do liv. III.

²⁷ Posição que, evidentemente, nada tem a ver com as concepções da «moeda-véu monetário», atenta a autonomia «relativa» que a moeda conserva ao seu nível próprio, para além de toda a interacção dialéctica que se estabelece entre esse nível e o da «economia real», interacção que a afirmação do primado deste último não exclui, antes pressupõe.

os factores de emissão monetária,²⁸ constitui, em nosso entender, razão decisiva a favor da formulação de Marx e contra a exogeneidade da moeda que todo o quantitativismo postula ou implicitamente assume.

Não deixa aliás de ser curioso notar que M. Friedman, ao tentar demonstrar como a moeda, exogenamente impulsionada, pôde determinar «inflações», se tenha servido de dois períodos de guerra (1914-20 e 1939-48)²⁹, precisamente aqueles em que a massa monetária e, através dela, a procura mais fogem ao seu modo «normal» de determinação pelas necessidades de reprodução, pela produção.

No outro período que M. Friedman considera como de franca inflação monetariamente impulsionada, 1897-1914, ele próprio afirma: «A causa próxima do aumento mundial de preços foi claramente o tremendo aumento da produção de ouro após 1890, resultante de descobertas na África do Sul, no Alasca e no Colorado e do desenvolvimento de melhores métodos de extracção mineira e de refinação.»³⁰ Não fora o aumento de produtividade na produção do metal-moeda, e a sua consequente desvalorização na produção, e o nível de preços não teria aumentado duradouramente, qualquer que fosse a evolução do montante dele produzido.

Se, nos tempos do padrão-ouro, a massa monetária e o seu valor estavam de algum modo associados às condições de produção apenas da mercadoria-moeda³¹, hoje em dia, com o primado da moeda de papel inconvertível, o seu montante é manifestamente mais determinado, ou é-o, pelo menos, com maiores graus de liberdade, pelas necessidades da produção e circulação globais, e o mesmo se diga, por maioria de razão, do respectivo valor ou nível geral de preços («necessidades» e processo de determinação que, como vimos, não se constituem em problema teórico e, sobretudo, prático, político, senão no que contém de dialecticamente contraditórios, com o que fica definitivamente afastada a possibilidade de qualquer perspectiva funcionalista da emissão monetária).

E a nossa tese nem sequer é significativamente contrariada:

b.1) *Pelo crédito público e emissão monetária por ele impulsionada*, a propósito dos quais se poderiam tecer, no essencial, as considerações já atrás produzidas para o «crédito ao consumo». Com efeito, a emissão monetária publicamente deter-

²⁸ Esta importância, susceptível de fácil dedução à luz de uma análise teórico-abstracta conveniente, é, evidentemente, confirmada (sem surpresa) por qualquer estudo de «economia positiva».

Em Portugal, por exemplo, em Março de 1979 (valores calculados a partir de dados em *Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal — Gerência de 1978*, p. 160), o crédito concedido, incluindo o crédito ao sector público e os créditos de cobrança duvidosa, apesar de expresso por «valores sujeitos a limite no programa acordado com o FMI», era responsável por 121,7 % da massa monetária M₂.

²⁹ *A Monetary History of the United States*, cit., pp. 676-677.

³⁰ *Ibid.*, p. 137.

³¹ O que até nem é em absoluto verdadeiro, designadamente no que se refere à massa monetária. Veja-se, a propósito, a controvérsia do século XIX entre os célebres *currency e banking principles* e a «natural» imposição deste último na prática bancária.

minada, na ausência de condições de excepção, assim tornada «normal», nasceu também com a crise de 1929, só então se quebrando o princípio básico das finanças clássicas do «equilíbrio orçamental». Repare-se, aliás, que tal emissão foi desenvolvida e advogada precisamente na medida das dificuldades de realização (venda) da produção, primeiro numa perspectiva de «azeitar a bomba» e ainda de «equilíbrio orçamental, não já anual, mas no tempo de duração do ciclo», e, posteriormente, com o alargar da consciência da tendência à estagnação secular, numa perspectiva de défice permanente. Pensando bem, se quiséssemos ir ao fundo da questão, talvez pudéssemos verificar que se trata, ainda aqui, de uma *emissão de algum modo determinada pelas «necessidades» da produção* e a propósito da qual, mesmo que o não fosse ou na medida em que o não seja, sempre valeriam todas as objecções já postas ao excesso de procura como causa justificativa da inflação.

b.2) *Pela emissão monetária determinada pela procura externa líquida*, porventura a mais autónoma, para que continuariam a valer reservas idênticas às atrás formuladas. Não deixa, entretanto, de ser curioso verificar as taxas de inflação tradicionalmente baixas de alguns dos países normalmente superavitários nas respectivas contas externas. Para uma taxa média de inflação mundial de 12,9 % de 1973 a 1977 temos:

Taxas de inflação em alguns países externamente superavitários(a)

[QUADRO N.º 4]

Países	Percentagem
Suíça	4,8
Alemanha	5,3
Áustria	7,7
Venezuela	8,4
Argélia	8,5
Holanda	8,8
Iraque	8,9
Luxemburgo	9,2
Noruega	9,8
Suécia	10,3
Bélgica	10,3
Dinamarca	11,2
Japão	13,2

(a) Números obtidos por tratamento de dados em *International Financial Statistics*, FMI, vol. XXXII, n.º 1, Janeiro de 1979. A taxa média de inflação apresentada para o Japão foi significativamente influenciada pela taxa de 24,3 % verificada em 1974, absolutamente excepcional.

Tal como já havíamos concluído a propósito da procura, cremos bem que só em condições de excepção poderemos considerar a moeda como factor *motor* do processo inflacionário. O que, evidentemente, em nada contraria a afirmação de uma *permissibilidade monetária imprescindível*,

já que a inflação é, em si, desvalorização monetária e exigência duma massa monetária proporcionalmente alargada, o que não poderia produzir-se sem:

A *supressão do padrão-ouro* e a «instauração da moeda de curso forçado»;

A *garantia de validação pública pelo banco central de toda a moeda privatisticamente emitida pela banca comercial e privatisticamente impulsionada pelas necessidades de financiamento privado da produção*, desde esse preciso momento desvalorizada pelo próprio facto de a subida dos preços das mercadorias a que, em montantes nominais sempre crescentes, continua, embora pior, a equivaler.

Contra a sua própria conclusão *quantitativista*, pensamos que não é senão esta mesma *permissibilidade* que, em bom rigor, deveria ser deduzida do seguinte excerto de Milton Friedman (com ressalva da sua explicação «residual», com que não estamos evidentemente de acordo): «A maior parte dos especialistas modernos atribuem na verdade a inflação a toda a espécie de causas: dizem que aparece quando a propensão ao aforro é inferior ao investimento; que resulta duma pressão salarial ou duma ofensiva dos lucros, ou ainda que decorre duma incapacidade para fazer aumentar a produção alimentar ao mesmo ritmo que a dos outros bens, sem contar com todas as outras causas possíveis e imaginárias. Estas interpretações contêm todas uma certa parte de verdade. *Se qualquer destes factores desencadear um aumento da massa monetária, então haverá inflação*».³²

Daí que, também, *contra a ideia de um Governo* alegadamente capaz de determinar a massa monetária e, portanto, *réu do processo inflacionário*³³, tão própria do ideário liberal de M. Friedman, *tenhamos por mais certo* que a esse nível, o da gestão do banco central e consequente emissão da moeda nacional, *ao Governo pouco mais caberá que permitir ou não, um pouco mais ou um pouco menos, o processo inflacionário*, atentas as contradições que a sua própria «necessidade» encerra.

2.3 A INFLAÇÃO-CUSTOS. A INFLAÇÃO-SALÁRIO

A tese da *inflação-custos*, com a consequente passagem para o plano dos custos de produção (e respectiva subida, *empiricamente* verificável), na busca de uma determinante última para os preços (e para o processo de aumento do seu nível geral), *é já, em si, o reconhecimento do fracasso das «explicações» anteriores, assentes no plano da circulação* (oferta e procura, mercados).

Parece-nos, entretanto, dever começar por chamar a atenção para dois aspectos que consideramos fundamentais e que, em nosso entender, justificam a *identificação corrente*, que o subtítulo sugere, entre *inflação-custos*

³² *Inflation et Systèmes Monétaires*, cit., p. 60.

³³ «É muito mais fácil para o Governo acusar os horríveis capitalistas ou os sindicatos vilões que se esforçam por exercer pressões sobre os salários, ou ainda os agricultores impossíveis que são incapazes de desenvolver a produção alimentar, que fazer o seu próprio *mea culpa*» (Milton Friedman, *Inflation et Systèmes Monétaires*, cit., p. 62.)

e *inflação-salário*, quando, pelo menos em princípio, se deveria tratar de *explicações* de conteúdo e alcance diferentes:

- a) Em primeiro lugar, a *«explicação» do processo de subida dos preços pela subida dos custos de produção* (em si mesmos, em grande medida, preços ou por eles determinados) *parece-nos padecer de petição de princípio* ³⁴, a menos que a inflação constituísse a consequência de um decréscimo secular da produtividade, tese que o processo histórico absolutamente repudia.

É evidente que não podemos negar a actuação de alguns factores, porventura em processo de intensificação, tendentes à subida dos custos de produção ³⁵. Tal será designadamente o caso no que se refere:

À *redução do tempo de vida económica* (de rotação) *do capital fixo*, determinada pela concorrência em períodos de inovação tecnológica acelerada, concorrência tanto ou mais assente na diferenciação e qualidade dos produtos (na criação de espaços mono ou oligopolísticos) do que na redução de custos e preços de venda de produtos preexistentes;

Ao aumento dos chamados *«encargos de representação do capital»*, frequentemente transferidos da esfera de actuação individual ou pessoal para o âmbito da empresa e, como tal, de certo modo institucionalizados, socialmente reconhecidos, componentes (repercutíveis) do custo de produção;

Ao aumento das *despesas de circulação*, dos chamados *«falsos custos de produção»*, decorrentes da enorme extensão do *«sector terciário»* nos países de capitalismo mais desenvolvido.

Mas a simples evocação da tendência estrutural ao aumento da produtividade que o século XIX verificou, aumento da produtividade que a evolução tecnológica dos nossos dias não fez senão manter ou acelerar, parece-nos bastante para não podermos reconhecer nos factores acima a causa última da subida dos custos de produção e dos preços. Tal não impede, porém, que se constituam em *contratendências* significativas à tendência à baixa dos custos de produção que a evolução dos processos produtivos propriamente ditos historicamente impulsionou e impulsiona.

- b) Não deve, portanto, surpreender-nos que a insuficiência da explicação dos preços pelos preços, tanto quanto, parece-nos, a falta de importância bastante das referidas contratendências, tenham acabado, ainda no âmbito de uma metodologia positivista, por levar à *afirmação de uma componente do custo de produção, preço também porventura subordinado a mecanismos próprios de determina-*

³⁴ Constituir-se-á, quando muito, em formulação meramente descritiva, que nada explica.

³⁵ Como um pouco adiante, no texto, melhor se reconhecerá, usamos aqui a expressão «custos de produção» em sentido muito pouco rigoroso, porventura mais próximo do entendimento empírico-descritivo, que lhe é dado pela linguagem corrente, que do que lhe caberia em termos abstracto-científicos.

ção nominal, como responsável maior pelo processo inflacionário. Assim se passou da *inflação-custo* à *inflação-salário*, frequentemente apresentada na versão porventura mais «isenta» da *espiral inflacionária* (que, continuando, em si mesma, a não explicar nada, tem contudo a vantagem de constituir, por vezes, expressão de libertação do bloqueio ideológico e político em que sempre acaba por se traduzir a afirmação da responsabilidade, em última instância, dos salários).

E assim chegamos, no essencial, a todo um conjunto de teorias que fazem da *subida dos salários nominais em medida superior ao aumento da produtividade a razão de ser do aumento dos custos de produção e, «naturalmente», dos preços*.

A análise dos números seguintes³⁶, relativos ao período 1964-74, ajudar-nos-á a lançar alguma luz sobre tais «explicações».

Custos em mão-de-obra e preços: percentagens médias de variação

[QUADRO N.º 5]

Países	Custo unitário em mão-de-obra (indústria transformadora)	Preços no consumidor
Canadá	3,6 %	4,8 %
Estados Unidos	3,1 %	4,8 %
Japão	5,8 %	7,9 %
França	4,0 %	5,6 %
Alemanha	5,5 %	3,9 %
Itália	6,6 %	6,0 %
Inglaterra	6,9 %	6,8 %

Embora não possamos deixar de atender à natureza restrita dos dados respeitantes ao custo unitário em «mão-de-obra», apenas relativos à indústria transformadora, não deixa de ser curioso salientar:

Que a taxa de aumento dos preços foi frequentemente superior à taxa de aumento do custo em «mão-de-obra», o que significa que os assalariados nem sequer conseguiram apropriar integralmente a parte que lhes caberia, *mantidos os critérios de distribuição existentes*, no fruto do aumento geral da produtividade (excepção feita sobretudo à Itália e à Alemanha, relativamente à qual cabe referir que a mais baixa taxa de inflação foi precisamente a que se associou a uma distribuição *marginal* relativamente mais a favor da «mão-de-obra», cujo poder de compra subiu anualmente na medida do ganho de produtividade acrescido de 1,54 %);

O facto de o período analisado incluir, na sua parte final, anos em que a taxa de aumento do salário nominal ultrapassou generalizada-

³⁶ Obtidos por tratamento de dados em *Perspectives Économiques de l'OCDE*, n.º 19, Julho de 1976, pp. 47-48, e *National Accounts Statistics — Expenditure, Product and Income, 1955/64*, OCDE, Março de 1966, p. 6.

mente o ganho médio de produtividade, com o que se interrompeu a tendência em sentido contrário que até então o pós-guerra não deixara de conhecer ³⁷.

Esta inversão, claramente identificável na maioria dos países a partir de 1968-69, esteve normalmente associada, mais do que a uma aceleração do ritmo de subida dos salários nominais, a uma *diminuição da taxa de aumento da produtividade*, quando não mesmo ao respectivo decréscimo em termos absolutos, verificação que se nos afigura da maior importância, pois nos permite levantar a hipótese de *transferência do centro de explicação da inflação, do comportamento dos salários para o da produtividade*, fenómeno, em nosso entender, absolutamente decisivo:

Na criação de um clima de relativo *consenso social*, assente na melhoria do nível geral de vida das populações, de cuja ausência a inflação pode, frequentemente, constituir expressão;

Na criação ou manutenção de *taxas aceitáveis de valorização do capital*, de cuja tendência à baixa a inflação será, não menos frequentemente, também *um* dos resultados;

Na compreensão da razão pela qual a inflação tenderá a acelerar-se nos períodos de dificuldades conjunturais (contra o pressuposto pela tese da inflação-procura ou alta conjuntura), sobretudo num tempo *político* em que as crises cíclicas, de tendência à baixa da produção, conhecem uma correlação de forças ³⁸ que deixou de ser compatível com alguns dos seus modos pré-keynesianos de manifestação: desemprego maciço e destruições significativas de capital (o que determinava então, contra o que tem vindo a acontecer nos dias de hoje, que as más conjunturas fossem acompanhadas por aumentos gerais da produtividade e por descidas nos custos unitários de produção e nos preços).

Os números do quadro n.º 6, fornecidos pela OCDE ³⁹, comprovam o que acabámos de afirmar.

Descidas significativas na taxa de aumento da produtividade e, nestes casos concretos, no seu próprio valor absoluto não podem deixar de se revestir de importância decisiva na explicação da simultaneidade, já atrás detectada, entre a aceleração do processo inflacionário nos últimos anos, a partir de 1968, e sobretudo nos anos 1974-75, e a existência de conjunturas económicas francamente desfavoráveis, com que atingiu o seu termo o período de «onda longa expansionista» que o pós-guerra amplamente verificara.

³⁷ Veja-se, a este respeito, *Perspectives Économiques de l'OCDE*, n.º 21, Julho de 1977, pp. 68-69.

³⁸ Esta correlação de forças não pode ser entendida no mero plano da *relação capital-trabalho*. Embora, como muito bem o refere Suzanne de Brunhoff, a propósito da crise de 1929 (*État et Capital, Recherches Sur la Politique Économique*, cit., p. 53), «O problema central em torno do qual todos os outros problemas gravitaram tenha sido identificado como o do *emprego* em relação com o *poder de compra dos trabalhadores*», é indispensável reconhecer nesta estratégia o resultado de uma *nova política* (e de uma *nova ideologia*), também determinada por alterações nas próprias *relações intercapitalistas*.

³⁹ *Perspectives Économiques de l'OCDE*, n.º 19, Julho de 1976, p. 47

Variações da produtividade nas indústrias transformadoras durante a crise de 1975

[QUADRO N.º 6]

Países	Produção industrial (percentagem)	Produção por assalariado (percentagem)	Produção por homem/hora (percentagem)
Canadá	- 6,9	- 0,2	2,1
Estados Unidos	- 14,4	- 4,1	- 0,4
Japão	- 19,8	- 16,3	- 9,4
França	- 13,6	- 11,0	- 8,5
Alemanha	- 11,8	- 2,0	4,5
Itália	- 15,5	- 15,5	—
Inglaterra	- 10,1	- 4,2	- 2,2
Áustria	- 10,6	- 4,8	—
Bélgica	- 17,1	—	6,1
Finlândia	- 10,6	- 8,2	—
Holanda	- 11,7	- 7,6	—
Noruega	- 5,3	- 7,2	—
Suécia	- 4,1	- 5,3	- 2,1
Suiça	- 20,3	- 16,2	- 15,4

De tudo o exposto decorre um primeiro conjunto de razões pelas quais *não poderemos aceitar a tese de que é nos «aumentos dos salários em medida superior aos da produtividade» que reside a explicação do processo inflacionário. Tal «explicação» deixaria aliás sempre por explicar;*

A razão de ser da necessária institucionalização das «normas» de distribuição vigentes, cuja modificação poderia ser em absoluto compatível, pelo menos nos estreitos limites impostos pelas «necessidades» duma reprodução em acumulação, com aumentos salariais superiores ao aumento de produtividade, sem inflação;

A razão de ser de subidas de preços superiores às taxas de aumento dos custos unitários em «mão-de-obra», abrindo assim a possibilidade de a inflação ser, mais que dos salários, da «responsabilidade» das outras categorias de rendimento ⁴⁰;

Toda a articulação acabada de referir entre o andamento do processo inflacionário e o dos custos de produção endogenamente determinada pelo próprio processo capitalista de produzir, designadamente nas suas incidências conjunturais;

A razão pela qual só o pós-guerra (e mais concretamente, como vimos, o período posterior à crise conjuntural de 1957-58) *conheceu o problema de aumentos inflacionários dos salários*. Ou será que estes aumentos não necessitam também, em si e nas respectivas condições (deixando agora momentaneamente de lado todas as reticências que nos merecem enquanto alegadas causas do processo inflacionário), de ser explicados? Sem tal explicação, a *inflação-salário* converter-

⁴⁰ Vejam-se, por exemplo, as frequentes referências da OCDE (*Perspectives Économiques*), tanto quanto a aumentos salariais, como quanto a «recuperação dos lucros», «reconstituição das margens de lucratividade bruta», «recuperação das taxas de rendimento do capital», etc.

-se-á em *formulação meramente descritiva*, fora do tempo, nem sempre sequer, como vimos, suficientemente fundamentada.

Rendas, juros, «direitos estabelecidos» à apropriação do produto social, «falsos custos de produção», meras fracções da mais-valia global, mas nem por isso «custos» menos reais e evidentes para o industrial ou comerciante que os paga, adianta e tem de recuperar, lucros (relativamente aos quais se chegou a utilizar também a categoria custo de produção, pelo menos no que se refere à respectiva componente «normal»), os próprios impostos, constituem, juntamente com os salários, as categorias de repartição primária do rendimento. Só no quadro das formas sociais de relacionamento que umas e outras destas categorias exprimem, suas contradições e modos históricos de superação, nos parece podermos encontrar a razão de ser do processo inflacionário (sem que o mesmo, como dalgum modo já sugerimos, possa considerar-se mera questão de distribuição, atenta a unidade dialéctica entre esta e a própria produção, reprodução).

E, se o núcleo do modo de produzir é constituído pela relação capital-trabalho assalariado, por certo que aí haveremos de encontrar a razão fundamental para o processo de subida dos preços, sem que tal implique, evidentemente, o não reconhecimento da importância de todas as demais formas de relacionamento social (propriedade fundiária, crédito, tributação)⁴¹ que com aquela articuladamente coexistem.

Simplemente, como com facilidade poderemos verificar, vai uma distância enorme da afirmação do atrás exposto à tese da «inflação-salários», cuja função ético-ideológico-política de cariz conservador se nos afigura por de mais evidente. Nem sequer cremos aliás que a tese da «inflação-salários» se combata decisivamente pela demonstração de que os preços sobem antes ou mais que os salários, assim se chegando à afirmação da «inflação-lucro» (ou renda, ou juro ou imposto): *os números a propósito já apresentados, como os que se seguirão, bastariam por si sós para provar a falsidade de tal tese, mas ela não seria menos falsa* (no que tem de ideológica e, nessa medida, de a ou anticientífica) *mesmo que todas as investigações empíricas provassem que os salários sobem antes ou mais que os preços. Mais que de inflação-salários ou inflação-lucros, cremos que apenas*

⁴¹ Vejam-se, a este respeito:

As afirmações de Alain Lipietz, em conferência recente na Faculdade de Economia do Porto (3 de Maio de 1979), nos termos das quais a diferente natureza (correlação de forças) das «alianças de classe» que a renda exprime na França e na Alemanha seria, por si só, elemento importante, não apenas na determinação dessa mesma renda (fundiária e urbana) e do «preço da terra», como ainda do próprio nível de inflação.

Sem pretendermos exagerar a importância deste facto, não gostaríamos de deixar de referir que, em Portugal, Lisboa, de 1962 a 1973, para uma subida de 88,4 % no índice geral de preços se verificou um aumento de 333,4 % nas despesas de habitação (*Textos de Apoio de Política Monetária e Financeira*, ano lectivo de 1978-79, p. 37 do 3.º caderno, edição da Associação de Estudantes da Faculdade de Economia do Porto);

A importância crescente dos juros, em parte determinada pelo próprio processo inflacionário, mas sem que por isso deixem de se constituir em mecanismo importante de alimentação ou propagação do mesmo, juros através dos quais uma boa parte do rendimento nacional é «destinada» a compensar a perda de riqueza que a inflação provoca nos seus detentores sob a forma equivalente geral.

fará sentido falar de *inflação-relação*, de *inflação-capital*, ponto de partida indispensável à investigação das *condições históricas* que fazem que seja essa, a inflação, a *forma de expressão das contradições que tal relação encerra*.

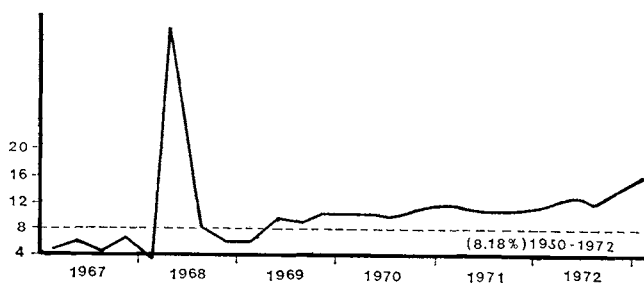
Que tudo o que acabámos de expor não nos leve, finalmente, a secundarizar, na explicação do processo inflacionário, o *carácter dialéctico*, de unidade e antagonismo interno, *das categorias capital e lucro*. Essa *natureza também antagónica* torna-se-nos porventura mais evidente logo que passamos à consideração dos *capitais e lucros concretos*, em *permanente processo de maximização e diferenciação*, por detrás ou através do qual, conflitualmente, há-de produzir-se, nas *relações intercapitalistas*, a *tendência à formação da taxa geral de lucro e valorização* em que, nesse plano, acabará por se manifestar, nas suas contradições, a *unidade do próprio capital*. Haveria agora que analisar, também aqui, as *condições históricas* que fizeram do plano dos preços nominais, em alta, o local de verificação de tais contradições.

Não pode agora surpreender-nos, por esperada e plenamente justificada, a *absoluta falta de concludência das correlações empíricas tentadas*, com razoável número de dados e para grande número de países, *entre as taxas de aumento dos preços e dos salários nominais* ⁴²:

- a) É certo que podemos encontrar manifestações inequívocas de *imposições salariais momentâneas muito acima da respectiva linha de tendência*: tal poderá ser, *por exemplo*, o caso de uma subida salarial de 26,83 %, no México, no quarto trimestre de 1976, ou da subida de 24,98 %, na Islândia, no terceiro trimestre de 1977. Evidentemente que modificações desta ordem, mesmo quando destinadas à reposição de tendências de longo prazo que o passado recente de algum modo deixara de verificar, serão muito provavelmente seguidas de acelerações no ritmo de subida dos preços (a menos que as forças que tiveram o *poder* de impor a alegada não verificação da tendência de longo prazo o tivessem perdido).

Taxa de aumento anual do índice de salários (por trimestre)

[GRÁFICO III]



⁴² Os dados utilizados foram retirados de *International Financial Statistics*, FMI, vol. XXXII, n.º 1, Janeiro de 1979, e referem-se a taxas trimestrais, semestrais e anuais de aumento de preços e salários nominais, para a totalidade ou parte do período de 1971-78. As equações de regressão determinadas respeitam tanto a dados referentes ao mesmo período como a variáveis retardadas (diferidas de um ou mais períodos, até quatro trimestres, no máximo).

O paradigma deste tipo de comportamentos continua contudo a ser, em nossa opinião, a «explosão salarial» em França, em Julho de 1968 ⁴³ (gráfico III).

- b) Não é, porém, menos significativo o facto de termos encontrado outras *situações-limite*, em que *toda* a autonomia e anterioridade parecem pertencer ao aumento dos preços e em que *os salários se limitam a um maior ou menor acompanhamento*, frequentemente através de formas de indexação melhor ou pior institucionalizadas.

Tal poderá ser, concretamente, o caso da Bélgica, de *passiva actualização semestral dos salários*, de que o quadro abaixo constitui prova suficiente ⁴⁴:

Taxas de variação trimestral de preços e salários na Bélgica

[QUADRO N.º 7]

Anos	Preços (percentagem)	Salários (percentagem)
1975 — Segundo trimestre	2,70	2,40
Terceiro trimestre	2,23	2,04
Quarto trimestre	2,97	6,30
1976 — Primeiro trimestre	2,02	0
Segundo trimestre	1,98	4,33
Terceiro trimestre	1,85	0
Quarto trimestre	1,72	4,96
1977 — Primeiro trimestre	1,96	0
Segundo trimestre	1,66	3,52
Terceiro trimestre	1,46	0,83
Quarto trimestre	1,19	4,20
1978 — Primeiro trimestre	1,26	0
Segundo trimestre	0,41	1,66
Terceiro trimestre	1,71	0,23

Não gostaríamos, finalmente, de concluir esta nossa análise das relações entre salários e inflação (e porque não entre inflação e salários?) sem chamar a atenção para alguns aspectos teóricos, porventura mais abstractos, que, em nosso entender, hão-de comprometer grande parte do

⁴³ O gráfico é extraído de J. P. Mockers, *L'Inflation en France (1945-1975)*, Paris, Éditions Cujas, 1975, p. 245. Embora esta explosão tenha antecedentes que de certo modo a justificam e mesmo legitimam (diminuição anterior no ritmo de subida dos salários, acompanhada por uma aceleração da alta de preços; mal-estar social provocado pelo aumento do desemprego), a verdade é que, com desfazamentos variados, conforme os sectores, acabou por ser seguida de subidas de preços ao longo de todo o ano de 1968 e, finalmente, pelo reconhecimento *político* externo da desvalorização monetária em que todo este processo «mercantil» também se traduziu: desvalorização do franco em 12,5 %, a 9 de Agosto de 1969.

⁴⁴ Note-se que qualquer análise feita com dados mais agregados, semestrais ou anuais, por exemplo, já obscureceria toda a relação, conduzindo à verificação da habitual correlação positiva, eventualmente elevada, mas *absolutamente inconcludente* no plano das determinações teóricas.

voluntarismo e dos graus de indeterminação frequentemente atribuídos aos processos de fixação de salários e preços.

O conjunto dos preços, salário incluído, tem uma natureza tão estrutural e estruturada, exprime de tal forma apertada o processo histórico de cada país, na sua relação com os demais, *constitui-se de tal forma em condição de reprodução da situação existente* (relações de apropriação, produção e distribuição; estrutura social e tecnológica do aparelho produtivo no que contém também de relações intersectoriais e internacionais), *que não pode ser significativamente alterado sem ruptura dessas mesmas condições sociais e tecnológicas de produção e da estrutura do aparelho produtivo delas resultante*⁴⁵ (o que, constituindo um problema interno, ganha porventura ainda maior significado ao nível da articulação externa das diversas economias nacionais). Daí que tenhamos sempre de falar de *sistema de preços* (de produção, melhor, de reprodução), *sistema em que o salário há-de ocupar necessariamente o lugar central de «preço dos preços»*, ou, a um nível mais desagregado, de *subsistema fundamental*.

Evidentemente que este *sistema de preços, elemento de continuidade*, de reprodução, constitui em cada momento *objecto de conflito, salarial*, mas também *intercapitalista*, no que tal pode significar de relação dos capitais activos (industriais e comerciais) entre si e também destes com capitais financeiros e proprietários fundiários, para já não falarmos das respectivas relações com estratos sociais «externos» ao próprio modo de produzir. *O predomínio, nessa relação conflitual, da unidade ou da contradição, da reprodução ou da transformação/ruptura, há-de traduzir-se, entre outras formas, por graus variáveis de inflação que, tanto quanto a estrutura produtiva se mantiver, não podem também deixar de manter, no essencial, a estrutura do sistema de preços* (sistema, apesar de tudo, nunca estático, como o não é, social e tecnologicamente, a própria produção, mesmo quando em reprodução).

Seria assim absolutamente errado esperar grandes alterações salariais ou da estrutura dos preços em geral, como o seria, em particular e por maioria de razão, tentar associar a dimensão de tais alterações às correspondentes e diversificadas taxas de inflação, atenta a natureza desta de apenas *uma das formas* de expressão das contradições que àquelas podem conduzir.

É o que poderemos verificar pela análise dos números apresentados no quadro n.º 8.

A mera apreciação destes números confirma a impossibilidade de estabelecimento de qualquer processo de causalidade entre o aumento da parte dos salários no rendimento nacional e a dimensão do processo inflacionário. Se formos, porém, um pouco mais longe e considerarmos que grande parte do referido aumento tem como razão justificativa a própria expansão relativa do número de assalariados (ou, por outras palavras, da proletarianização), e se tentarmos, conseqüentemente, neutralizar nos números apresentados a influência de tal expansão, acabaremos por verificar que *a ligação entre o ritmo de subida dos preços e o incremento da parte do*

⁴⁵ O próprio salário *mínimo*, com toda a carga *política* e mesmo *ética* que acompanha a respectiva determinação, é definido de forma estruturada, em função da «capacidade» dos diferentes sectores. Vejam-se, a propósito, as decisões tomadas em Portugal nesta matéria depois do 25 de Abril e, em particular, as mais recentes: Setembro de 1979.

Parte dos salários no rendimento nacional e inflação (1953-64)(a)

[QUADRO N.º 8]

Países	Parte dos salários no rendimento nacional					Taxa média de inflação (percentagem)
	1953-55 (percentagem)	1956-58 (percentagem)	1959-61 (percentagem)	1962-64 (percentagem)	Variação 1962-64/1953-55 (percentagem)	
Áustria	52,3	53,5	53,7	55,8	+ 6,69	3,70
Bélgica	48,4	50,8	51,3	53,8	+ 11,16	1,95
Finlândia	51,7	51,8	50,4	53,0	+ 2,51	5,05
França	51,2	52,7	53,3	56,1	+ 9,57	5,34
Alemanha	52,9	54,0	54,9	57,0	+ 7,75	2,91
Itália	45,1	46,4	46,7	52,1	+ 15,52	3,49
Holanda	49,2	51,4	52,3	57,1	+ 0,6	4,13
Noruega	51,5	51,7	54,8	56,5	+ 9,71	3,28
Suécia	64,3	64,9	66,2	70,1	+ 9,02	3,63
Suíça	56,1	55,6	55,6	56,9	+ 1,43	3,20
Inglaterra	65,9	67,2	67,3	68,5	+ 3,95	3,21

(a) Números obtidos por tratamento de dados em *Incomes in Post-War Europe — A Study of policies, growth and distribution*, United Nations, 1967, pp. 14 e 30-31.

trabalho no rendimento nacional é ainda menor que a que os números acima poderiam eventualmente sugerir. É o que faremos de imediato para os países relativamente aos quais dispomos da necessária informação estatística ⁴⁶:

Parte dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional e inflação(a)

[QUADRO N.º 9]

Países	Parte dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional					Taxa média de inflação (percentagem)
	1953-55 (percentagem)	1956-58 (percentagem)	1959-61 (percentagem)	1962-64 (percentagem)	Variação 1962-64/1953-55 (percentagem)	
Áustria	80,9	81,4	79,3	78,8	- 2,60	3,70
Bélgica	74,4	74,9	75,6	76,0	+ 2,15	1,95
Finlândia	72,0	70,0	68,3	69,6	- 3,33	5,05
França	78,3	79,3	78,9	79,9	+ 2,04	5,34
Noruega	62,6	61,8	64,2	64,8	+ 3,51	3,28
Suécia	76,2	75,4	75,4	78,6	+ 3,15	3,63
Suíça	74,4	73,3	73,0	73,3	- 1,48	3,20
Inglaterra	74,9	75,3	75,1	75,7	+ 1,07	3,21

(a) Ver nota do quadro n.º 8.

⁴⁶ A neutralização sugerida far-se-á, ainda que grosseiramente, pela consideração da parte do trabalho no rendimento nacional, para o que englobaremos assalariados e trabalhadores por conta própria, incluindo nesta categoria desde profissionais liberais a pequenos produtores mercantis e empresários individuais.

A apreciação de alguns dados mais recentes ⁴⁷ não fará senão confirmar as conclusões que temos vindo a enunciar:

Salários e rendimentos do trabalho no rendimento nacional e inflação

[QUADRO N.º 10]

Países	Parte dos salários no rendimento nacional			Parte do trabalho no rendimento nacional			Taxa Média de inflação de 1959-68 (porcentagem)
	1959-63 (porcentagem)	1964-68 (porcentagem)	Variação (porcentagem)	1959-63 (porcentagem)	1964-68 (porcentagem)	Variação (porcentagem)	
Canadá	68,3	70,1	+ 2,64	80,7	81,4	+ 0,87	2,28
Estados Unidos ...	70,3	70,5	+ 0,28	81,4	80,1	- 1,60	1,96
Japão	51,8	55,4	+ 6,95	78,0	78,3	+ 0,38	5,31
França	59,2	62,1	+ 4,90	85,7	86,1	+ 0,42	3,63
Alemanha	62,6	65,7	+ 4,95	—	—	—	2,48
Itália	54,1	56,9	+ 5,18	86,9	86,8	- 0,12	3,71
Inglaterra	72,9	74,5	+ 2,19	81,0	82,0	+ 1,23	3,28

Que resultados poderemos então retirar, em síntese, no termo desta nossa apreciação da «inflação-salário»?

- Em primeiro lugar, e isto afigura-se-nos da maior importância, a verificação de que *não são os países com maiores percentagens dos salários (ou dos rendimentos do trabalho) no rendimento nacional, nem aqueles em que tal percentagem conhece uma mais rápida progressão, os que registam necessariamente as maiores taxas de inflação;*
- Poderiam, evidentemente, contra-argumentar-nos com a tese de que também não é essa a ligação em causa. Mais concretamente, sempre se poderia afirmar que *a inflação não decorre do aumento da parte dos salários no rendimento nacional, mas tão-só da existência de pretensões e pressões nesse sentido*, pressões de que a inflação seria, simultaneamente, resultado e «meio» de recusa no que têm de «irrealistas», susceptíveis de imposição no plano do salário nominal, mas frustradas, pelas suas próprias «consequências», no plano do salário real. A esses remeteremos para a análise das relações entre custos unitários em «mão-de-obra» e preços, ou entre salários nominais e preços, uma vez mais, como vimos, absolutamente inconclusivas: *nada nos permite afirmar a anterioridade da variação dos salários nominais, como nada nos garante uma determinação dos preços pelos salários maior que a dos salários pelos preços;*
- Finalmente, através dos momentos porventura mais abstractos do nosso raciocínio, a certeza de que, no plano estritamente científico, o problema nem sequer se pode pôr nesses termos, tantas e tão extensas são as realidades sociais e históricas, bem como os argumentos teóricos, que assim se veriam escamoteados.

⁴⁷ Números obtidos por tratamento de dados em *Inflation — The Present Problem*, OCDE, Dezembro de 1970, pp. 59 e 66.

2.4 O EMPREGO E A INFLAÇÃO. A CURVA DE PHILLIPS

Se a *inflação-custos*, ou, mais estritamente, a *inflação-salário*, representa um *passo no sentido do abandono de modelos explicativos sem um mínimo de verosimilhança*, facilmente contraditados pela própria evidência das coisas («inflação-procura», em particular), ainda que numa perspectiva positivista e com funções político-ideológicas evidentes (entre as quais a de conter implícita uma *norma* limitativa dos aumentos salariais), pensamos que a introdução do *nível de emprego como determinante do comportamento dos salários nominais* e, por essa via, dos custos de produção e dos preços, há-de constituir *passo adicional* nesse processo de busca de uma explicação plausível. E constitui-o, sobretudo, na medida em que, fazendo depender o salário nominal do nível de emprego, lhe retira o carácter de algum modo *arbitrário* que lhe é supostamente atribuído pelas teses da «inflação-salário», pelo menos nas suas formulações mais correntes. Tal a leitura que fazemos da chamada *curva de Phillips*.

A curva de Phillips⁴⁸, com a conhecida forma convexa em relação à origem dos eixos, resulta de um ajustamento econométrico ao comportamento empiricamente verificado pelos salários nominais e pela taxa de desemprego, em Inglaterra, de 1861 a 1957, de acordo com o qual, e considerando:

D = taxa de desemprego, expressa em percentagem

S = percentagem anual de aumento dos salários nominais

se teria chegado à conclusão

$$S = 10^{0,984} D - 1,394 - 0,9 \quad [\log (S + 0,9) = 0,984 - 1,394 \log D]$$

A nossa primeira atitude perante tal relação poderia muito bem ser a de que o seu poder explicativo (no que se refere ao processo inflacionário), se alguma vez o teve, se esgotara completamente; como já havíamos verificado, *as taxas de desemprego dos anos mais recentes são manifestamente superiores às do passado, o mesmo acontecendo com as taxas de inflação*.

E, se dermos um passo adicional, do terreno da história para o da estática comparada, confrontando os índices de desemprego com as taxas de inflação por país, facilmente poderemos concluir também que *não são os países de maior índice de desemprego os que apresentam maior estabilidade do nível geral de preços*:

A consideração de casos como os da Suíça, Áustria, Luxemburgo, Japão e Alemanha, por um lado, com baixas taxas de desemprego e de inflação, e Espanha, Itália e, sobretudo, Portugal e Turquia, por outro, onde aquelas variáveis se apresentam simultaneamente elevadas, bastaria para o sugerir;

⁴⁸ Apresentada pela primeira vez no artigo «The Relation between Unemployment and the Rate of Change of Money Wage Rates in the United Kingdom, 1861-1957», in *Economics*, Novembro de 1958.

Veja-se, a este respeito, Albert Campolongo, *Incomes Policy*, Milão, Mediobanca, 1966.

De forma porventura mais rigorosa, o tratamento da informação relativa à totalidade dos países da OCDE ⁴⁹ levou à equação de regressão

$$TI = 0,5826 \quad TD + 8,2245 \\ (0,767) \quad (2,036)$$

(TD: taxa de desemprego em finais de 1977; TI: taxa de inflação em 1978), cujo coeficiente $R^2 = 2,6 \%$ é manifestamente significativo da ausência de qualquer determinação (determinação que a regressão sobre os logaritmos das variáveis também não evidencia, pois se limita a passar aquele coeficiente para cerca de 6 %).

Pensamos, entretanto, que as objecções levantadas não bastarão para prejudicar completamente a interpretação sugerida pela curva de Phillips, melhor, a ideia de *uma certa implicação do desemprego sobre as taxas de aumento dos salários nominais*, embora bastem, por certo, para comprometer:

- A pretensão de uma qualquer ligação estável, *de longo prazo*, entre as duas variáveis;
- O propósito de fazer das diferentes taxas de desemprego *nos diferentes países* a razão de ser dos diferentes ritmos dos respectivos processos inflacionários ⁵⁰.

De acordo com Samuel A. Morley ⁵¹, «a situação altera-se completamente quando a *inflação* existente leva as pessoas à *expectativa de mais inflação*. Então, como vimos [...] os trabalhadores exigirão aumentos de salários, tanto em virtude da inflação anterior como na medida da inflação esperada. *Esta exigência deslocará toda a curva de Phillips para cima e para a direita*».

Que a curva de Phillips se tem deslocado e deslocará para cima e para a direita, é evidente. Que a questão se reveste duma dimensão psicológica, é igualmente irrecusável. Mais importante, porém, será verificar que, tanto quanto a entendemos, o núcleo da afirmação de Samuel A. Morley reside na tese de que *é a inflação que desloca a curva de Phillips para cima e para a direita, ou seja, de que é a subida do nível geral de preços que determina que, a cada nível de emprego, as exigências salariais sejam progressivamente maiores* ⁵², *sem que as mesmas deixem de, a curto prazo, poder manter uma certa determinação pela taxa de desemprego*.

A resultados de certo modo semelhantes, ainda que sem distinção entre o prazo (longo) de maior incidência do nível geral de preços e o

⁴⁹ Dados em *L'Observateur de l'OCDE*, n.º 97, Março de 1979, pp. 21-23.

⁵⁰ Contra o pressuposto pelo próprio Phillips (a sua análise cobre um período de noventa e sete anos), a relação entre as taxas de desemprego e inflação passaria então, quando muito, a ter uma validade de curto prazo e sempre local.

⁵¹ *The Economics of Inflation*, Illinois, The Dryden Press Inc., 1971, pp. 89 e segs. O excerto transcrito encontra-se na p. 95.

⁵² Com o que, num ápice, se desmorona toda a tese de explicação da inflação pelos salários, de que, afinal, a curva de Phillips é ainda expressão elaborada.

Restará, quando muito, a afirmação, *tão óbvia quanto pobre*, de que é a inflação que... fazendo subir os salários... provoca a inflação...

prazo (curto) de maior importância relativa do desemprego, acabaram por chegar vários modelos económicos testados tanto pela OCDE⁵³ como pela ONU⁵⁴, uns e outros permitindo sustentar a tese de que, embora em termos e com graus de importância diferenciados de país para país, *as variações do salário nominal são tão determinadas pelo desemprego como pela própria taxa de inflação.*

Que concluir?

Antes de mais, parece-nos absolutamente aceitável a afirmação de uma influência provável, de *curto prazo*, do desemprego sobre as taxas de aumento do salário nominal. De acordo com a OCDE⁵⁵, «*O principal elemento em actuação a favor de uma nova moderação dos salários será provavelmente o nível sempre elevado do desemprego*, conjugado [...] com a fraqueza persistente da procura de mão-de-obra [...] A maior importância dada à segurança do emprego e às vantagens não salariais é um elemento que tende a moderar consideravelmente as reivindicações de salários [...]».

A razão por que assim é (terá de ser?), talvez a possamos encontrar em Kalecki, citado por Joan Robinson⁵⁶, que, a propósito das políticas keynesianas expansionistas de défice orçamental, afirma designadamente: «*Com um desemprego muito baixo, os capitães da indústria concluirão que a disciplina nas fábricas se reduz e que os preços sobem.* Nesta situação, formar-se-á provavelmente um poderoso bloco entre os interesses de *grandes empresários* e de *titulares de rendas*, os quais encontrarão provavelmente *mais de um economista* pronto a declarar que a situação é manifestamente doentia. A pressão de todas estas forças, e em particular dos grandes empresários, induzirá muito provavelmente o *Governo* a regressar à sua política ortodoxa, de redução do défice orçamental. Seguir-se-á uma recessão.» Trata-se, afinal, de mais uma afirmação da *indispensabilidade do «exército industrial de reserva»*, de que falava Marx uma centena de anos atrás, com a curiosidade de Kalecki evidenciar os papéis do Governo («induzido») e de «mais de um economista» na respectiva prossecução.

Deixando por agora de lado o carácter *trágico* das conclusões que daqui não podem deixar de ser retiradas em matéria de política anti-inflacionária, e sem esquecermos o papel fundamental da própria inflação no dimensionamento das *exigências salariais*, assim constituídas em *mecanismo de recuperação* e, na medida em que frustrado, de *mera propagação*, pensamos entretanto que a *natureza da luta de classes* (porque é disso que, afinal, se trata) *se não compadece com determinações mecânicas do tipo daquelas para que aponta a curva de Phillips*, ainda que neste nosso novo entendimento dela relativizado: nem a inflação é um produto das reivindicações salariais nem nada nos garante que estas, mais ou menos mecanismo de propagação, mais ou menos factor indutor, se determinem exclusiva, sequer predominantemente, pela situação no «mercado do emprego».

⁵³ *Inflation, the Present Problem*, Dezembro de 1970, pp. 68 e segs.

⁵⁴ *Incomes in Post-War Europe: A study of policies, growth and distribution*, 1967, pp. 4 e segs. do cap. 3.

⁵⁵ *Perspectives Économiques de L'OCDE*, n.º 23, Julho de 1978, p. 29.

⁵⁶ «The Second Crisis of Economic Theory», in *The Second Crisis of Economic Theory and Other Selected Papers from the American Economic Association Meeting*, Nova Jérsea, General Learning Press, 1972, p. 5.

2.5 O PREÇO DOS PRODUTOS BÁSICOS

Trata-se de uma nova «explicação» para o processo inflacionário que tem vindo a ser frequentemente avançada, sobretudo nos anos posteriores a 1973-74. Caso particular da categoria mais geral «inflação-custos», a «inflação-preço dos produtos básicos» decorre normalmente de análises positivistas que vão da correlação numérica elementar à mera constatação de procedimentos inscritos numa racionalidade igualmente elementar, «microeconómica»: *os preços de compra dos produtos básicos, custos de produção de determinados «agentes», empresas privadas ou nações, aumentam, pelo que, naturalmente, aí se deve encontrar a razão de ser da subida dos preços dos respectivos «out-puts»*. O que é óbvio, embora não tanto naqueles casos em que, estranhamente, contra a própria lógica deste ponto de vista, a causalidade continua a ser afirmada mesmo quando os preços «internos», determinados, sobem mais que os preços «de importação», determinantes...

Que dizer de tal «explicação»?

- a) Em primeiro lugar, como aliás decorre do atrás exposto, trata-se de um *desvio metodológico*, frequentemente imputável, quando não mesmo inerente, à generosidade das análises positivistas. O que está em causa não é nem pode ser a explicação da subida de um determinado *preço concreto*, facilmente imputável a um qualquer outro preço concreto, mas a explicação do próprio *processo*, o que não pode deixar de exigir um nível de *abstracção* bem mais elevado. Atenta a sua natureza histórica localizada, trata-se de questão a colocar ao nível das determinações mais gerais do modo de produzir e respectiva evolução, por isso mesmo só resolúvel no plano em que o mesmo é prioritariamente encarado por Marx, ou seja, o do *capital*, e não o dos *capitais*.
- b) Do exposto resulta, conforme o próprio senso comum pode, com facilidade, pressentir, que os *preços dos produtos básicos são incapazes de explicar a inflação pelo simples facto de serem, eles também, preços cuja subida é precisamente o que se torna necessário explicar, e não verificar, quando não mesmo postular*.

Mas, deixando momentaneamente de lado estas objecções, corresponderá ou não à verdade a afirmação de que os preços dos produtos básicos registaram subidas *autónomas, anteriores*, que, por sua vez, tivessem implicado, em repercussão, subidas dos outros preços, motivo pelo qual deveriam merecer uma atenção particular ou preferencial logo que nos lançássemos ao trabalho de explicação do processo inflacionário?

Como já defendemos a propósito do estudo da «inflação-salário», pensamos que se trata de uma questão mal colocada, mais do plano da ideologia ou da política, da responsabilização ética, que da ciência. *Mesmo que tais preços tivessem subido antes ou mais que os outros, nem por isso a «inflação importada», ou a «inflação-preço dos produtos básicos», seria uma noção menos descritiva, acientífica*. Tal não nos impedirá, porém, como já por várias vezes fizemos no decorrer deste trabalho, de nos colocarmos no terreno dos nossos próprios opositores e nele apreciarmos o grau de adequação ao real dos processos de causalidade que afirmam.

Talvez devêssemos começar por referir a tendência secular à degradação das razões de troca dos países tradicionalmente produtores de produtos básicos. Não compreendemos sequer como a «*inflação-preço dos produtos básicos*» pode ser afirmada sem um mínimo de consideração por tal degradação. Debruçar-nos-emos, entretanto, apenas sobre a evolução dos respectivos preços relativos em época mais recente, na década de 1970, para o que utilizaremos os números constantes do quadro n.º 11⁵⁷:

Índice de preços dos produtos básicos (1968-70 = 100)

[QUADRO N.º 11]

Anos	Todos os produtos básicos		Produtos alimentares		Bebidas		Matérias-primas agrícolas		Metais	
	Dólares dos EUA	Defla-cionado	Dólares dos EUA	Defla-cionado	Dólares dos EUA	Defla-cionado	Dólares dos EUA	Defla-cionado	Dólares dos EUA	Defla-cionado
1971	99	89	108	98	98	83	95	86	92	83
1972	113	94	124	103	110	91	125	104	92	77
1973	174	124	191	136	142	101	224	159	136	96
1974	222	130	306	178	166	97	216	128	170	100
1975	183	94	241	124	164	85	173	90	137	71
1976	205	105	197	102	298	152	215	110	145	74
1977	247	117	190	90	575	244	222	105	156	73
1978	235	98	217	90	372	156	239	99	164	68

Da análise destes dados, em conjunto com outros já atrás apresentados, que conclusões retirar, no essencial?

- Em primeiro lugar, cabe verificar que, com excepção dos produtos alimentares, os próprios *preços nominais*, expressos em dólares, de todos os produtos básicos se encontravam, em 1971, a nível inferior à média registada no triénio anterior. Idêntica conclusão vale, por maioria de razão e já sem a excepção referida, para os *preços reais*, ou, talvez melhor, *termos de troca*.
- Os produtos básicos conheceram dois períodos de auge, 1973-74 e 1976-77, este mais reduzido e em grande medida resultante da subida dos preços das bebidas (café, 76 %; cacau, 103 %; chá, 79 %), cujo máximo foi atingido no segundo semestre de 1977⁵⁸. Ao primeiro destes *booms* correspondeu uma efectiva aceleração do processo inflacionário, a que evidentemente o mesmo não foi estranho, em confluência com outros factores, designadamente a crise conjuntural de 1974-75 (pelo menos na medida em que valer a relação inversa que sugerimos entre o nível de actividade e a taxa de inflação). Já no que se refere ao auge de 1976-77, não

⁵⁷ *Boletín del FMI* de 15 de Janeiro de 1979, p. 11. O índice de preços defla-cionado é determinado com base no índice de preços das exportações de bens manu-facturados dos países em desenvolvimento, usado pelas Nações Unidas.

⁵⁸ *Monthly Bulletin of Statistics*, United Nations, n.º 2 do vol. xxxiii, Fevereiro de 1979, p. 160.

cremos que o mesmo tenha tido incidências visíveis na taxa de subida dos preços⁵⁹.

- c) Em terceiro lugar, cabe referir que *os produtos básicos se encontram mesmo entre os que conheceram mais significativas descidas de preços nominais* (17,6 % em 1975 e 4,9 % em 1978), *sem que por isso se tivessem verificado diminuições nos níveis gerais de preços, sequer abrandamentos significativos no seu ritmo de aumento.* Tal não exclui, evidentemente, que as descidas dos preços dos produtos básicos tenham constituído, *em si*, componente no sentido da travagem da subida do nível geral (médio) dos preços.
- d) Finalmente, apesar da sua tão propalada responsabilidade (decorrente, em particular, do carácter temporalmente muito localizado e noticiado dos respectivos aumentos) *não deixa de ser significativo que a razão de troca dos produtos básicos se encontrasse, em 1978, ligeiramente abaixo da verificada dez anos antes*, situação que não é ainda pior em virtude da evolução favorável e que temos por, muito provavelmente, circunstancial da razão de troca das bebidas. *Os produtos alimentares e, sobretudo, os metais conheceram mesmo degradações acentuadas nos seus preços relativos.*

Parece, portanto, de concluir, não apenas no plano teórico, abstracto, que pretendemos seja o nosso, mas também no dos «factos» concretos, positivos, mais caro às «explicações» cuja ausência de fundamento visamos demonstrar, que *os produtos básicos não conheceram, na década e em*

Evolução dos preços de alguns produtos básicos relativamente a 1975(a)

[QUADRO N.º 12]

Produtos	Preço em Dezembro de 1978
Carvão	+ 1,0
Cobre	+ 11,7 (EUA)
Minério de ferro	- 10,7
Juta	+ 17,3
Milho	- 2,3 (EUA)
Manganés	0,0
Níquel	+ 1,1
Potassa	- 19,5
Pasta de papel	- 18,0
Arroz	- 22,1 (EUA)
Sisal	- 15,0
Açúcar	- 70,0
Trigo	- 20,0 (Canadá)
Zinco	- 10,5 (EUA)

(a) Números aproximados obtidos por tratamentos de dados em *International Financial Statistics*, FMI, vol. XXXII, n.º 4, Abril de 1979, pp. S40-S43. Veja-se também, a este respeito, *Monthly Bulletin of Statistics*, United Nations.

⁵⁹ A taxa de aumento dos preços no consumidor, em todo o mundo (*International Financial Statistics*, FMI, vol. xxxii, n.º 4, Abril de 1979, p. S35), teria sido de 11,2 % em 1977, praticamente idêntica aos 11 % de 1976, uma e outra inferiores aos 13,4 % de 1975.

geral, subidas de preços superiores às dos demais produtos objecto de comércio internacional⁶⁰.

Poderemos mesmo terminar referindo (quadro n.º 12), ainda que com incidências diferenciadas, conforme as estruturas produtivas, de consumo e de transacções externas dos diversos países, e, portanto, *a mero título de curiosidade*, um conjunto de produtos básicos cujo preço tem aumentado, relativamente aos valores alcançados em 1975, a ritmo extremamente reduzido, quando não mesmo evoluído no sentido da baixa.

2.6 A ESPECULAÇÃO; A DESVALORIZAÇÃO EXTERNA

Nesta nossa digressão crítica pelas alegadas «explicações» da inflação (excesso da procura sobre a oferta; alta conjuntura; elevados níveis de emprego; emissão monetária; aumento dos custos de produção, em geral, e dos salários e preços dos produtos básicos, em particular) não gostaríamos de terminar sem uma muito breve reflexão sobre duas outras «causas» frequentemente referidas: a *especulação* e a *desvalorização externa*.

Não nos preparamos, evidentemente, para negar que a especulação e a desvalorização externa possam ter, em si, influência sobre o nível de determinados preços concretos, mesmo sobre o próprio nível geral de preços. Trata-se de implicações «de facto», positivas, que ninguém pode recusar, como aliás ninguém poderá furtar-se a reconhecer *eventuais* influências sobre os preços de variações da procura, gerais ou localizadas, de alterações da oferta, de pressões salariais, de modificações nos demais custos de produção, em geral, e nos preços dos produtos básicos, em particular, de oscilações no nível de emprego e de *tantas outras causas possíveis e imaginárias*.

Só que nada do exposto contraria o nosso esforço no sentido de demonstrar que:

Nenhuma das referidas «causas» pode explicar, por si, a *constituição historicamente localizada do processo inflacionário*, não faltando mesmo exemplos de situações que, uma a uma, as contradizem, e isto tanto no plano da evidência empírica como no da pura lógica dedutiva;

Tal explicação também não poderá ser encontrada no respectivo conjunto-soma, como o pretendem certas teorias mais ou menos ecléticas.

Parece-nos óbvio que *o problema é manifestamente outro, estrutural e histórico*, só resolúvel, como temos vindo a sugerir, no plano das

⁶⁰ Vejam-se, no mesmo sentido, as seguintes afirmações constantes do *Relatório Anual* do GATT, publicado em Genebra a 10 de Setembro de 1979, e constantes do *Jornal de Notícias* de 11 de Setembro, p. 26: «Os factos desmentem a ideia, perigosamente falsa, segundo a qual o aumento dos preços do petróleo teria sido uma das principais causas do incremento da inflação e do esperado aumento do desemprego [...] A subida dos preços do petróleo, feita por diversas etapas entre Dezembro de 1978 e Junho de 1979, não foi a causa do novo ritmo da inflação nos países industrializados, nem da recessão que começa a fazer-se sentir nos Estados Unidos [...] As taxas de inflação aumentavam já desde o fim do primeiro trimestre de 1978, mesmo quando, segundo impressão largamente espalhada, a oferta de petróleo era plétórica.»

condições, também elas estruturais e históricas, melhor, histórico-estruturais, motrizes e permissivas, que fazem que, por detrás e para além de todas aquelas «causas», englobando os seus próprios efeitos parciais, o processo inflacionário se tenha constituído.

Quereremos com isto significar que consideramos irrelevante o conjunto de todas essas variáveis?

Sim e não. Incapazes de, *por si*, explicarem a inflação, todas elas se comportam como *elementos constitutivos do processo em movimento, como factores de propagação, sustentação e mesmo aceleração. É precisamente esta parte da verdade*, que qualquer análise descritiva permite evidenciar, que o positivismo *torna falsa, ao pretender constituir-la*, em cada uma das respectivas componentes ou no seu todo aditivo e eclético, *em razão de ser, causa última, do próprio processo inflacionário.*

Este raciocínio que, a título de síntese, aplicamos à generalidade das pseudo-explicações vale, por igualdade ou maioria de razão, para a *especulação e a desvalorização externa: factores de propagação, mesmo de aceleração do processo inflacionário, têm frequentemente um pressuposto básico: a própria inflação.*

Pensamos que se nos não tornará necessário ir muito mais longe no que se refere a este assunto. Não gostaríamos entretanto de o terminar sem aprofundar um pouco mais a questão da «desvalorização» (externa, cambial) da moeda.

*As desvalorizações externas, políticas, sobretudo até 1973, e hoje, com o termo da ordem monetária internacional que o FMI instituirá, um pouco mais mercantis (sem que por isso tenham deixado de ser politicamente controladas), constituem sobretudo um momento de verificação ou reconhecimento*⁶¹ (externo) da *desvalorização*⁶² (interna), *na própria prática social interna, da moeda nacional*⁶³. Assim se torna talvez mais clara, e justificada, a nossa tese de que *a razão de ser objectiva última da incidência inflacionária da desvalorização (externa) é a própria desvalorização, que o mesmo é dizer* (esta desvalorização não é senão um dos seus aspectos) *a inflação.*

Outros não podem ser o sentido e as consequências da afirmação de Suzanne de Brunhoff, que temos por correcta, nos termos da qual «a taxa de câmbio flutua em redor do valor que permite a dois símbolos de valor

⁶¹ Verificação ou reconhecimento com canais, modos e tempos próprios de realização, processo em que assumem particular relevância a situação da *balança de pagamentos* e a das *reservas cambiais*.

Esta realização é, por outro lado, *permanentemente contraditada*, quando não mesmo *entravada*, o que vale talvez mais para as suas formas predominantemente políticas. Veja-se, por paradigmático, o caso dos Estados Unidos e do dólar.

⁶² Ou da *maior* desvalorização, se quisermos atender ao facto de as moedas relativamente às quais uma moeda nacional se desvaloriza se encontrarem, elas também, em processo de desvalorização.

⁶³ Como já havíamos afirmado na *Praxis*, n.º 5, nota 46, deixamos aqui em aberto «a questão da alta improbabilidade de existência efectiva de um valor de uma qualquer moeda nacional apenas definido nos estreitos limites da prática social interna. A questão das determinantes externas do valor de cada moeda nacional e os modos de articulação com as respectivas determinantes internas, designadamente o processo inflacionário interno, reveste-se da maior complexidade».

Caso típico relativamente a esta questão poderá ser, por exemplo, o do reflexo do processo de degradação dos termos de troca dos produtos básicos sobre o valor externo (taxa de câmbio) e (aqui de forma manifestamente induzida) sobre o valor interno das moedas nacionais dos países seus exportadores.

serem equivalentes»⁶⁴ — com o que a taxa de câmbio, *termo de troca*, se furta a qualquer determinação *arbitrária*, designadamente impositiva, para se tornar também mais uma manifestação da lei geral — do valor — de troca de *equivalentes*, lei reguladora de todos os *valores relativos* (abstractos) e, em última instância, na medida em que por estes sobre-determinados, da generalidade dos *termos de troca* (concretos).

Quanto ao grau de determinação da especulação pela própria inflação, assim se constituindo aquela sobretudo em mecanismo de propagação e aceleração do processo, pensamos que o mesmo dispensa comentários adicionais.

3. HIPÓTESE DE CONCLUSÃO

Durante as páginas anteriores, ao mesmo tempo que fomos excluindo a possibilidade de as causas explicativas serem as correntemente enunciadas como tal, tivemos oportunidade de ir avançando algumas ideias sobre vários aspectos essenciais do que, em nosso entender, poderia constituir uma explicação minimamente satisfatória para o processo inflacionário.

Assim:

- a) Demos particular ênfase às *relações capitalistas de produção*, relação capital-trabalho e relações intercapitalistas, e às *modificações ocorridas a esse nível*. Debruçámo-nos em especial sobre as alterações verificadas na relação de forças capital-trabalho, com todas as consequências daí decorrentes no plano da fixação dos níveis de emprego e de salário nominal, tanto quanto sobre as novas formas assumidas pela concorrência intercapitalista, num quadro de crescente concentração do capital;
- b) Tentámos demonstrar como aquelas alterações se reflectem nos planos político e ideológico, através do estabelecimento/imposição de *novas regras de gestão dos aparelhos de Estado* e da *difusão de novos valores*: «As palavras-chave tornaram-se 'bem-estar' e 'igualdade', mais do que 'liberdade'. O liberal do século XIX considerava a extensão da liberdade como o processo mais capaz de promover o bem-estar e a igualdade; o liberal do século XX encara o bem-estar e a igualdade como pré-requisitos, quando não alternativas, da liberdade»⁶⁵;
- c) Mais concretamente, debruçámo-nos em particular sobre a importância das alterações verificadas ao nível dos *critérios de gestão pública, tanto orçamental como monetário-financeira*, com a consequente generalização de défices orçamentais e dívida pública, por um lado, e de «políticas de dinheiro fácil e barato», por outro;
- d) Tentámos, finalmente, mostrar como todos estes aspectos tiveram as suas próprias *incidências no plano da produção teórica*, aparecendo-nos o *keynesianismo*, sobretudo no que tem de inovador

⁶⁴ *Política Monetária, Uma Tentativa de Interpretação Marxista*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1974, p. 96.

⁶⁵ Milton Friedman, *Capitalism and Freedom*, The University of Chicago Press, 1962, p. 5.

relativamente à economia neoclássica, simultaneamente como expressão e guia de acção relativamente a todas estas modificações na prática social (em particular através da *recusa da tese da tendência ao equilíbrio geral automático de pleno emprego* e da consequente defesa de «*experiências bem planeadas e dentro do quadro do sistema social existente*», de «*modificações racionais*» sem as quais «*ficará aberta a porta à ortodoxia e à revolução*»⁶⁶.

Nada do exposto invalida, entretanto, que nos encontremos ainda num plano estritamente qualitativo, abstracto. E, se é inegável que «*toda a teoria da economia política, pelo próprio facto de ser teoria, é abstracta*»⁶⁷, também não deixa de ser verdade que não podemos prescindir de «*descobrir e descrever as formas concretas a que dá lugar o movimento do capital considerado como um todo*». É sob estas formas concretas que se defrontam os capitais no seu movimento real. As formas do capital que vamos expor aproximam-nos progressivamente da forma sob a qual se manifesta na sociedade, à *sua superfície*, ou seja, na acção recíproca dos diversos capitais, na concorrência e na consciência vulgar dos próprios agentes da produção»⁶⁸.

Torna-se, portanto, imperioso aproximarmo-nos da «*superfície*», das manifestações concretas e das *categorias mais especificadas* que se propõem corresponder-lhes; exige-se-nos a entrada naquilo que Alain Lipietz considera a *economia exotérica*.

Não que este plano nos tenha sido estranho até ao momento. Pelo contrário, nele já nos colocámos, em particular, quando se tratou de recorrer à evidência empírica para tentar demonstrar a existência de novas formas (inflacionárias) no processo de formação dos preços e também quando procurámos comprovar a insuficiência das explicações correntes da inflação (elas próprias formuladas no *estrito* plano da *economia exotérica*, das conexões de superfície). Foi, aliás, *nesse plano das conexões de superfície* que viemos ainda a reconhecer a importância dos *comportamentos e motivações* que aquelas simultaneamente também exprimem e determinam, reconhecimento através do qual chegámos mesmo à conclusão de que *as formas concretas de definição de salários, rendas, juros e lucros, de fixação de impostos, especulações, ofertas e procuras, etc., não podem ser estranhas, antes pelo contrário, ao desenvolvimento do processo inflacionário*.

Creemos, contudo, que, antes de terminarmos esta primeira parte do nosso trabalho, se nos exige um pouco mais no sentido de um *nível superior de explicação das formas concretas de manifestação do processo, em particular das respectivas dimensões*, para o que o quadro teórico formulado até ao momento se nos apresenta de extrema insuficiência.

Mais pormenorizadamente, procuraremos sobretudo uma explicação para os *ritmos diferenciados de subida dos preços*, designadamente tal

⁶⁶ As expressões citadas são de John Maynard Keynes, em carta aberta a Franklin Roosevelt, publicada no *New York Times* de 31 de Dezembro de 1937 e transcrita em *Economica Lusitania*, revista da Associação de Estudantes do ISCEF, n.º 1 da 2.ª série, Lisboa, 1968, pp. 25 e segs.

⁶⁷ Nicolas Boukharine, *L'Économie Politique du Rentier — Critique de l'Économie Marginaliste*, Paris, Études et Documentation Internationales, 1972, p. 41. (Sublinhado do autor citado.)

⁶⁸ Karl Marx, *Le Capital*, cit., p. 47 do t. 1.º do liv. III.

como se manifestam sob a forma de *diferentes taxas nacionais de inflação*⁶⁹.

Que a inflação constitui uma forma de existência generalizada, *estrutural*, do modo de produção, nas suas condições contemporâneas, sobre isso não nos parece poderem restar quaisquer dúvidas. Que a diferenciação nos ritmos de subida dos preços, dando ao processo um *aspecto aparentemente caótico*, se constitui numa das suas características identificativas, é igualmente irrecusável. *Questão é agora a de saber se por detrás de tais irregularidades se não encontrarão ainda determinações que as tornem minimamente inteligíveis, menos arbitrárias do que a própria evidência parece inculcar e, sem dúvida, do que resultaria da respectiva interpretação no estrito plano das acima referidas «conexões de superfície».*

A análise atenta dos números disponíveis para a totalidade dos países da OCDE, sob a forma de taxas nacionais médias de subida dos preços, foi dando consistência à ideia de que o *processo inflacionário* se encontra, *no plano mundial, profundamente estruturado*: salvo variações de circunscrição, *os diferentes países tendem a repetir, ano após ano*, a mesma posição relativa numa *hierarquia de taxas nacionais de inflação*, numa ordem que não pode deixar de nos remeter para uma noção mais ou menos imprecisa, mas, de qualquer modo, suficientemente impressiva, e que seria a de uma *hierarquia de níveis de desenvolvimento económico*.

O próprio termo *hierarquia*, supondo, enfim, uma determinada *ordenação* em processos eminentemente *qualitativos*, como são o *processo inflacionário* e o *nível de desenvolvimento* (pesem embora as respectivas expressões quantitativas), talvez não seja o mais adequado. Traduz entretanto a *impressão* que nos ia deixando o facto de, ano após ano, a taxa de inflação duma Suíça ou duma Alemanha ser sistematicamente inferior à de uma Bélgica ou de uma França, só após o que nos apareceriam uma Itália ou uma Inglaterra, para terminarmos normalmente em países como a Espanha, Portugal e a Turquia.

Há nesta «ordenação», propositadamente incompleta para conter apenas alguns dos casos que de início mais nos impressionaram, necessariamente algo mais que o acaso. Ela constituiu motivo para uma reflexão um pouco mais aprofundada, cuja marcha e conclusões preliminares abaixo tentaremos reproduzir.

Tratou-se então de associar as taxas nacionais de inflação aos valores assumidos por um conjunto de outras variáveis que de certo modo exprimissem, em algumas das suas manifestações, o *nível de desenvolvimento das diversas economias nacionais*, ou a ideia vaga que o senso comum pode ter duma certa *hierarquia de poder económico* que o mundo contemporâneo verificaria.

⁶⁹ A escolha do *Estado-nação como unidade* (e não da região, ramo produtivo ou qualquer outra), pese embora toda a problemática em torno desta categoria e respectiva importância (veja-se, por exemplo, Nicos Poulantzas, *Les Classes Sociales dans Le Capitalisme Aujourd'hui*, Paris, Éditions du Seuil, 1974, e Suzanne de Brunhoff, *État et Capital, Recherches Sur la Politique Économique*, cit., cap. v e anexo III), parece-nos ainda a melhor, enquanto *local de existência política e institucional sobretudo da relação capital-trabalho*, o mais adequado à aferição do poder relativo das classes e estratos de classe em presença.

Procurando, à partida, recolher o máximo de informação eventualmente relevante que as estatísticas permitissem, construímos um quadro com valores relativos a:

Taxa de inflação (TI) ⁷⁰;

Rendimento «per capita» (RPC), variável que nos pareceu melhor poder exprimir, de forma sintética, o referido nível de desenvolvimento económico ⁷¹;

Taxa de crescimento (TCr) do PNB ⁷²;

Taxa de desemprego (TD) ⁷³;

Taxa de câmbio (TCb), com que se pretende traduzir a evolução do valor externo da moeda, expresso em direitos especiais de saque (DES) ⁷⁴;

Saldo comercial externo (SCE), expresso em percentagem do PNB ⁷⁵;

Índice de endividamento externo (EE), traduzido, na falta de indicações precisas sobre a dívida externa de todos os países, pelas disponibilidades do FMI nas diferentes moedas nacionais, expressas em percentagem da respectiva quota ⁷⁶.

	TI	RPC	TCr	TD	TCb	SCE	EE
TI	1	- 0,683	+ 0,241	+ 0,143	- 0,936	- 0,475	+ 0,849
RPC		1	- 0,537	- 0,434	+ 0,684	+ 0,649	- 0,760
TCr			1	+ 0,380	- 0,265	- 0,431	+ 0,302
TD				1	- 0,253	- 0,229	+ 0,148
TCb					1	+ 0,577	- 0,860
SCE						1	- 0,560
EE							1

⁷⁰ Obtidos por tratamento de dados em *International Financial Statistics*, FMI, vol. xxxii, n.º 4, Abril de 1979, e em *Relatório da Situação Económica em 1978*, Lisboa, Departamento Central de Planeamento, 1979.

⁷¹ O rendimento *per capita* foi expresso em milhares de dólares. Os dados relativos ao rendimento e às taxas de câmbio foram obtidos em *International Financial Statistics*, FMI, vol. xxxii, n.º 4, e os relativos aos efectivos populacionais em *Monthly Bulletin of Statistics*, Nações Unidas, vol. xxxiii, n.º 4, Abril de 1979, pp. 1-4.

⁷² Obtidos por tratamento de dados em *International Financial Statistics*, FMI, vol. xxxii, n.º 4, e em *Monthly Bulletin of Statistics*, Nações Unidas, vol. xxxiii, n.º 4, pp. 216-217.

⁷³ Obtidos por tratamento de dados em *Perspectives Économiques de l'OCDE*, n.º 23, p. 13, e *L'Observateur de l'OCDE*, n.º 91 e 97, Março de 1978 e de 1979, pp. 19 e 21, respectivamente.

⁷⁴ Obtidos por tratamento de dados em *International Financial Statistics*, FMI, vol. xxxii, n.º 4.

⁷⁵ Id.

⁷⁶ Valores relativos a 31 de Janeiro de 1979, in *International Financial Statistics*, vol. xxxii, n.º 3.

O recurso ao crédito do FMI só no plano *substantial* se pode considerar uma operação de crédito. *Formalmente*, trata-se de uma compra de moeda estrangeira, paga com moeda nacional e com a obrigação de recompra desta, a prazo.

Daí que, sendo 75 % das quotas pagas em moeda nacional, todas as disponibilidades do Fundo em cada uma dessas moedas, para além da referida percentagem, constituam um índice de endividamento junto da instituição e, dado o seu papel generalizado de «avalista» nas relações de crédito internacionais, em índice razoável (admitte-se) de endividamento externo.

O tratamento dos valores obtidos, relativos ao período de 1975-78⁷⁷, permitiu-nos a produção da seguinte *matriz de coeficientes de correlação parcial*, instrumento de que nos serviremos privilegiadamente na análise das relações entre as variáveis:

Que conclusões retirar?

- a) Em primeiro lugar, cabe verificar que os coeficientes de correlação das variáveis *taxa de crescimento* e *taxa de desemprego* com as restantes se apresentam entre os generalizadamente menos elevados.

Este resultado não deve constituir motivo de estranheza, pois, em nosso entender, decorre sobretudo da incapacidade daquelas duas variáveis para exprimir o conjunto de «qualidades» estruturais que normalmente temos em vista sob a designação de desenvolvimento ou poder económico.

Os valores da *taxa de crescimento* são talvez os mais afectados pelo período de má conjuntura a que respeitam. *Mais do que as determinações estruturais que o desenvolvimento sugere*, ou tanto como estas, *reflectem a incidência desigual da própria conjuntura*. E o problema não seria melhor resolvido se utilizássemos valores relativos a um período mais extenso (dispúnhamos de dados para o período de 1960-76): tanto no plano da correlação econométrica como no da análise teórica abstracta, não se nos revelaram significativamente mais satisfatórios; fugindo embora às dificuldades levantadas pela influência da conjuntura, não deixam de constituir valores *marginais* (no sentido matemático do termo), eventualmente susceptíveis de importância apenas a longo prazo, na medida das diferenças em acumulação e tão-só no que respeita a países com situações de partida relativamente semelhantes⁷⁸.

No que se refere à *taxa de desemprego*, para além também da incidência da conjuntura (que temos, entretanto, por menor) e das dificuldades de comparação dos números fornecidos pelas diversas estatísticas nacionais, acresce que a mesma é *susceptível de determinações estruturais não exclusivamente dependentes do nível de desenvolvimento*. É, a este respeito, tradicional a observação de que os Estados Unidos, mesmo nos seus períodos de auge, de mais elevados índices de rendimento *per capita* (e de mais baixas taxas de inflação...), sempre operaram a níveis de desemprego corrente bastante superiores aos então conhecidos na Europa.

- b) Passando agora à apreciação dos restantes valores, *avulta*, como aliás já era de esperar à luz das considerações atrás produzidas, *o coeficiente de correlação entre a taxa de câmbio e a taxa de*

⁷⁷ Exceptuam-se, naturalmente, o índice de endividamento externo, momentâneo e relativo a 31 de Janeiro de 1979, e, por falta de dados mais recentes, os valores da taxa de crescimento do PNB e do saldo comercial externo, apenas relativos ao período de 1975-77.

⁷⁸ A análise das taxas de crescimento permite verificar, por vezes, valores relativamente mais elevados para alguns dos países mais «atrasados», sem que por isso se possa concluir por qualquer melhoria na respectiva situação relativa.

Note-se, a propósito, o efeito que pode resultar da reduzida importância do sector capitalista e consequente expansão, com a crescente subordinação ao mercado de produções que, até então *sem valor*, eram pura e simplesmente ignoradas pelas estatísticas nacionais.

inflação, significativo duma relação estreitíssima entre as duas variáveis e, atentas as referidas considerações, duma elevadíssima determinação da taxa de câmbio pela taxa de inflação (o que, evidentemente, não exclui os tradicionais efeitos de *feed-back* ou, se preferirmos, a natureza dialéctica da relação).

- c) Valores particularmente elevados são ainda os assumidos pelos coeficientes de correlação relativos ao índice de *endividamento externo*. Curioso, porém, será notar que, embora o *endividamento externo* seja determinado em $R^2 = 72,20\%$ pela *taxa de inflação* e em $R^2 = 73,96\%$ pela *taxa de câmbio*⁷⁹, a introdução conjunta destas duas variáveis na respectiva equação «explicativa» pouco aumentaria o grau de determinação que isoladamente corresponde a cada uma: o coeficiente R^2 passaria a $75,51\%$, valor que, uma vez mais, só cresceria de forma quase insignificante ($R^2 = 76,70\%$) pela introdução da variável *saldo comercial externo* na equação de regressão.

Torna-se-nos assim evidente a existência de multicolinearidade significativa entre variáveis como *taxa de inflação*, *taxa de câmbio*, *saldo comercial externo* e *endividamento externo*, em nosso entender só decorrente da respectiva participação em *processos de determinação simultânea pelas mesmas razões de fundo*. E a análise elementar dos dados e dos países a que respeitam não pode deixar de sugerir, como afirmámos, uma qualquer *identificação entre essas «razões» e o nível de desenvolvimento económico*.

- d) Não deixa agora de ser curioso assinalar que, pese embora toda a referida colinearidade, a mais elevada taxa de determinação isolada do *saldo comercial externo*, $R^2 = 46,79\%$, se encontre precisamente na variável que, em nosso entender, melhor traduz de forma sintética aquele mesmo nível de desenvolvimento, o *rendimento «per capita»*.
- e) Debruçando-nos, finalmente, sobre a explicação da própria *taxa de inflação*, pensamos que se reveste da maior importância o facto de a mesma poder ser *econometricamente determinada* em $46,65\%$ ($F = 19,241$) pelo nível do *rendimento «per capita»*, o que, se, por si só, a não comprova, de modo nenhum permite rejeitar, neste terreno, a hipótese por nós formulada.

$TI = - 0,002 \text{ RPC} + 24,7393$ (0,0004) (2,9845)
--

E esta conclusão revela-se-nos tanto mais significativa quanto é certo que, a propósito do *rendimento per capita*, dificilmente se poderá afirmar, como, com toda a facilidade, o poderíamos fazer relativamente à *taxa de câmbio*, ao *endividamento externo* e ao próprio *saldo comercial externo*, que é ele mesmo, em grande

⁷⁹ Esta verificação de que o grau de endividamento externo cresce significativamente com a desvalorização afigura-se-nos da maior importância, contributo adicional no sentido de comprometer as habituais interpretações *voluntaristas* da desvalorização enquanto *instrumento* de política económica, de reequilíbrio da balança de pagamentos.

medida, economicamente determinado pelo próprio nível da *taxa de inflação* ⁸⁰.

Que os dados empíricos não recusem a hipótese abstracta que formulámos, mais, que permitam até uma certa quantificação absolutamente verosímil: *o nível geral de preços tenderia a crescer mais cerca de 2 % ao ano por cada 1000 dólares e menos no rendimento nacional «per capita»*, afigura-se-nos da maior relevância. E essa relevância crescerá, evidentemente, com o grau de consciência que tivermos da natureza *tendencial, dialéctica e nunca mecânica* que cabe à formulação de *todas as leis económicas*.

Julgamos ter dado assim um passo adicional na explicação do processo inflacionário: *produto das relações de produção capitalistas no seu modo contemporâneo de existência, assume dimensões diversificadas de país para país, de algum modo inversamente determinadas pelos respectivos níveis de desenvolvimento e poder económicos*.

Conclusão surpreendente?

Creemos bem que não. Pensamos até, pelo contrário, que é quase óbvia, relativamente de acordo com o que se poderia esperar: trata-se, no fundo, do *regresso à totalidade da base material determinante*, à unidade dialéctica de relações de produção e forças produtivas.

E nem sequer nos parece que tal conclusão possa perder em relevância para todos aqueles que, mais na esteira de trabalhos recentes, sobretudo de Charles Bettelheim, se empenham na *«rejeição da problemática das forças produtivas»* ⁸¹. Mesmo que levemos ao limite tal rejeição, indo ao ponto de não ver senão nas *forças produtivas a materialização das próprias relações de produção* ⁸², no que têm sobretudo de passadas, históricas, mesmo então, dizíamos, nunca nos será lícito ignorar o *«pano de fundo»* que tal *materialização do passado* em si há-de constituir, *susceptível de influenciar significativamente as formas de expressão das contradições que as relações de produção presentes exprimem*.

Mais concretamente: *o grau de expressão inflacionária do sistema de contradições que a relação capital encerra, nas suas múltiplas determinações, há-de passar necessariamente pelos diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas e pela gama de outras diferentes possibilidades de expressão e resolução de tais contradições a que os mesmos dão existência*.

Está tudo explicado?

Creemos que não, embora tenhamos, em nosso entender, encontrado o essencial.

⁸⁰ Esta questão das relações entre a taxa de inflação e o nível de desenvolvimento (melhor poderíamos aqui talvez falar de taxa de crescimento ou de acumulação, atenta a natureza mais *qualitativa* daquele) é particularmente controversa e foi especialmente desenvolvida a propósito dos países da América Latina.

Veja-se, a este respeito, grande número de publicações do Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (CEMLA).

⁸¹ *Les Luttes de Classes en U. R. S. S., 1ère période 1917/1923*, Paris, Éditions Du Seuil/François Maspero, 1974, em particular o prefácio.

⁸² Trata-se de hipótese tão discutível como estimulante, pese embora a autonomia relativa que sempre terá de reconhecer-se ao próprio desenvolvimento tecnológico.

Quais os limites de tal autonomia?

Qual, pelo contrário, o grau de sobredeterminação do estado presente das forças produtivas pelo passado (e presente) das relações de produção?

A análise concreta das situações concretas, dos «desvios» que apresentam relativamente aos processos de determinação tendencial enunciados, há-de permitir, em cada caso, a pesquisa das outras determinantes, suas formas e graus de actuação:

- Por que motivos a Áustria, sobretudo, mas também o Japão (pese embora a dependência externa) e a Grécia, para citar apenas os casos mais flagrantes, apresentam níveis de inflação significativamente inferiores ao que seria de esperar, atenta a dimensão dos respectivos rendimentos *per capita*? (Ou será que esta variável, média nacional, necessitará, num ou noutro caso, de ser substituída por outra eventualmente mais adaptada ao fim em vista?);
- E que razões explicarão as elevadas taxas de inflação da Suécia e, sobretudo, da Islândia, absolutamente inesperadas, em atenção aos respectivos níveis de desenvolvimento?

Tais as questões que uma tese como a apresentada não poderá deixar de suscitar e de cuja resposta, estamos certos, há-de resultar bem melhor compreendida a especificidade dos processos inflacionários.